

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PRODERE

AVALIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS (EES) COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO E
RENDA NO AMAZONAS

AUTOR: LUIZ EDUARDO PINHEIRO NISTAL

MANAUS
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PRODERE

LUIZ EDUARDO PINHEIRO NISTAL

AVALIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS (EES) COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO E
RENDA NO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional
(PRODERE) da Universidade
Federal do Amazonas, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em
Desenvolvimento Regional, área de
concentração População e
Desenvolvimento Regional.

ORIENTADOR: Prof^o Dr^o SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA
CO-ORIENTADOR: Prof^a Dr^a HELOÍSA HELENA CORRÊA DA SILVA
FINANCIADORA: FUNDAÇÃO DE AMPARA À PESQUISA DO ESTADO
DO AMAZONAS (FAPEAM)

MANAUS
2009

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Nistal, Luiz Eduardo Pinheiro

N727a Avaliação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) como alternativa de ocupação e renda no Amazonas / Luiz Eduardo Pinheiro Nistal. - Manaus: UFAM, 2009.
105 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) —
Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira.

Co-Orientadora: Prof^a. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva.

1. Setor informal (Economia) 2. Cooperativismo 3.
Desenvolvimento regional I. Ferreira, Sylvio Mário Puga II. Silva.
Heloísa Helena Corrêa da III. Universidade Federal do Amazonas IV.
Título

CDU 33(811.3)(043.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PRODERE

LUIZ EDUARDO PINHEIRO NISTAL

AVALIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS (EES) COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO E
RENDA NO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PRODERE) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração População e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 20 de fevereiro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Sylvio Mário Puga Ferreira
Universidade Federal do Amazonas

Profº Drº Cláudio Dantas Frota
Universidade Federal do Amazonas

Profº Drº Clélio Figueiredo Rolim
Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz Carlos Nistal e Maria Iracema Pinheiro Nistal, ao meu amor Louise Cordeiro e a todos aqueles que participam do movimento da economia solidária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Luiz e Iracema, que me deram vida, oportunidades para o meu desenvolvimento, e ensinaram-me os valores inseridos nessa dissertação.

Outra pessoa a quem devo esse trabalho é o meu amor Louise Cordeiro, cuja confiança, apoio, companheirismo e carinho, deram-me força para enfrentar as dificuldades da elaboração de um trabalho desse porte.

Em relação aos Cordeiros, vale destacar a ajuda do Don Javali e Dona Luza que me acolheram em sua casa, bem como da minha pequena Britney que me possibilitou companhia e muitas alegrias.

Devo agradecer também a “Turma do Funil” (Fábio, Anderson, Jana e Mel), com os quais forjei a subjetividade implícita em todo o curso de Desenvolvimento Regional.

Além de meus parentes e amigos, agradeço também ao Professor Paulo Felizola, orientador da minha monografia de graduação; à Professora Heloísa Helena, co-orientadora, quem acreditou nesse trabalho, quando até eu mesmo não acreditava; ao Professor Sylvio Puga, orientador, quem comprou a idéia e deu novos nortes ao trabalho.

Por último, mas tão importante quanto, agradeço ao Sr. João Prestes, Sr. Arlindo e a todos os outros participantes da Economia Solidária, além daquele cujo filho indicou que o caminho do bem-estar está na solidariedade e amor ao próximo, aquele que muitas crenças chamam de Deus.

“sou palhaço de profissão e você meu irmão?

Palhaço do grande patrão!”

(Palhaço - Luiz Nistal, 2006)

RESUMO

Este trabalho avaliou os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como alternativas na geração de ocupação e renda no Estado do Amazonas na primeira década do século XXI. A pesquisa teve como objetivo geral avaliar (e discutir) os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como alternativa de geração de ocupação e renda no Estado do Amazonas na primeira década do século XXI. A execução desse objetivo geral passa pela resposta dos seguintes objetivos específicos: a) Traçar o perfil dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil; b) Traçar o perfil dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Amazonas; c) Avaliar um exemplo de Empreendimento Econômico Solidário na cidade de maior concentração no Amazonas. Definido como uma relação dialética entre as diversas investigações empíricas, bibliográfico e o exercício de reflexão, buscando a aproximação entre eles, e assim apreender o objeto de estudo, centrado na contribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidário (EES) na geração de ocupação e renda na cidade de Manaus, na primeira década do século XXI. Os EES encontrados no Amazonas se caracterizam sim como alternativa econômica ao desemprego imposta pela dinâmica do sistema capitalista, e pertence, antes da Economia Solidária, à Economia Popular, e possibilita ocupação a 35.777 pessoas, contribuindo ao bem-estar social, portanto, ao desenvolvimento.

Palavras-Chave: Ocupação e Renda; Empreendimento Econômico Solidário; Desenvolvimento Regional

ABSTRACT

This study assessed the Economic Solidarity Enterprises (ESEs) as an alternative to generate employment and income in the state of Amazonas in the first decade of the XXI century. The research aimed to assess general (and discuss) the attached Economic Enterprises (ESEs) as an alternative to generate employment and income in the state of Amazonas in the first decade of the XXI century. The implementation of this objective is the general response of the following specific objectives: a) Draw the profile of solidarity Economic Enterprises (ESEs) in Brazil b) Draw the profile of solidarity Economic Enterprises (ESEs) in Amazonas, c) evaluate an example of business Economic Solidarity in greater concentration in the city of Amazonas. Defined as a dialectic relationship between the various empirical studies, literature and the exercise of reflection, trying to approach them, and thus seize the object of study, focused on the contribution of the United Economic Enterprises (UEEs) in the generation of employment and income in the city of Manaus, in the first decade of the XXI century. The ESE found in the Amazon are characterized rather as an economic alternative to unemployment imposed by the dynamics of the capitalist system, and is, before the economy, the People's Economy, and allows people to 35,777 jobs, which is important to their welfare, then its development.

Keywords: Occupation and Income, Economic Solidarity Enterprises, Regional Development

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 – Sub-Regiões do Estado do Amazonas	65
Figura 02 - Distribuição dos EES no Estado do Amazonas	89
Figura 03 - Concentração dos EES no Estado do Amazonas	90
Figura 04 – Organograma da Associação Vila da Felicidade	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA	22
3. EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES) NO BRASIL	42
4. PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO AMAZONAS	57
5. OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NAS SUB-REGIÕES	65
6. ASSOCIAÇÃO VILA DA FELICIDADE: UM EXEMPLO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	92
7. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PROFISSIONAL PARA OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	96
8. CONCLUSÃO	99
9. BIBLIOGRAFIA	103
10. ANEXO I	105

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho avaliou os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como alternativos na geração de ocupação e renda no Estado do Amazonas na primeira década do século XXI.

O modelo Zona Franca de Manaus de desenvolvimento econômico levou Manaus a possuir uma realidade dual, característica de muitas cidades latino-americanas, com índice de desenvolvimento humano variando entre valores comparáveis ao da Noruega e Bolívia (SEPLAN, 2007).

Uma das alternativas para diminuir as desigualdades da cidade, como aponta NISTAL (2006), são os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), por, além de gerar ocupação e renda, possibilita ao trabalhador e a comunidade serem donos dos meios de produção, portanto, religa o proletariado ao fruto do seu trabalho.

Em sua pesquisa, NISTAL (2006), verificou que os dois exemplos de EES pesquisados, Associações dos Catadores Recicláveis e Associação Vila da Felicidade, tiveram como organizador as associações de moradores, do Bairro São José III e Vila da Felicidade, respectivamente, com a orientação dos Professores da Universidade Federal do Amazonas.

Esse tipo de organização social, como qualquer outra forma de associação, definida como “o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, para dar conta de demandas comuns” (ALBUQUERQUE, 2003), depende e é formadora de Capital Social.

Esse tipo especial de capital mede o nível de confiança das instituições, e nas últimas duas décadas no Brasil, a partir dos anos 1980, “migrou”, de maneira ainda tímida, da

aparelhagem estatal para as instituições menores como as associações de moradores, ajudando no processo de democratização brasileira e apoiando alternativas econômicas, como os Empreendimentos Econômicos Solidários (BAQUERO, 2003).

Em vista desta realidade, são levantadas algumas questões: qual a origem dos empreendimentos econômicos solidários do Amazonas? Como estes se organizaram? Qual o perfil dos empreendimentos amazonenses, em comparação com os empreendimentos do resto do país? Qual o número de pessoas que eles ocupam? Qual a renda gerada por esses estabelecimentos? Qual sua participação no capital social da comunidade?

1.1 Os Empreendimentos Econômicos Solidários como alternativa de geração de emprego e renda

O final do século XVIII e o início do século XIX presenciaram o marco inicial do capitalismo, a Revolução Industrial, determinando o confronto do criador, o proletariado, com a sua criatura, o capital, por espaço e ocupação nas fabricas e outras unidades produtivas, e no final produzindo ganhos para o dono do capital, o capitalista, perpetuando e ampliando a desigualdade social do antigo sistema.

O sistema econômico, dependente desse fosso social e de crises, não dá resposta à falta de ocupação e carência de bens e serviços da maioria dos proletariados e do exército industrial de reserva, no entanto, possibilita as bases para a mudança de vida dos envolvidos através da institucionalização da democracia e do desenvolvimento da ciência e tecnologia.

O mesmo século que presenciou o início do capitalismo presenciou também suas respostas, dentre as quais a economia solidária. A maioria dos primeiros pensadores da economia solidária era de origem francesa, com destaque para Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e o inglês Robert Owen (1773-1858), produtores de modelos sociais tendo por características: sociedade mutualista, cooperativista e solidária, porém não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar tal sociedade e em virtude disto foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos (SINGER, 2001).

Os modelos desenvolvidos por eles não se restringiram ao pensamento, mas foram levados a prática pelos sindicatos, com a ajuda dos próprios intelectuais, principalmente Robert Owen, que organizaram os desempregados em cooperativa a fim de gerar emprego a eles, proporcionar, também, aumento no salário médio dos trabalhadores, através da diminuição do exército industrial de reserva, formando assim os primeiros empreendimentos econômicos solidários.

A unidade produtiva da economia solidária é definida como uma organização que:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.;**
- b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;**
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas;**
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo à existência real sobre o registro legal e;**
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SENAES, 2006, pg. 13)**

No Brasil experiências solidárias aparecem desde o início do século XX, mais só ganho força no final do mesmo século, entre as décadas de 1980 e 1990, como resposta ao processo neoliberal da economia mundial, que levou a falência inúmeras empresas e aumentou o número de desempregados (SINGER, 2001)

No mesmo período estava ocorrendo à redemocratização no Brasil, tendo como consequência a diminuição do Estado na participação da vida econômico-social do país, assim como, não permitiu a elevação do nível do Capital Social das instituições do Estado, porém, os cidadãos brasileiros acreditam, cada vez mais, na democracia (BAQUERO, 2006).

O Capital Social é tema muito debatido após as duas publicações de Robert Putnam na década de 1980, em que utilizou tal tema como instrumento de medição das Instituições na Itália, e determinou que quanto mais as instituições possuírem deste capital, melhor desempenho elas terão, e melhor desempenho sócio-econômico terá a região, já que o autor o define como produto de “vida social e política vibrante de uma comunidade cívica” (BORBA, SILVA, 2006).

O Capital Social, para BAQUERO (2006), é um indicador também de capacidade associativa, em todas as áreas, portanto, importante para geração de empreendimentos econômicos solidários, muito dependentes da confiança existente entre seus sócios. No Brasil, segundo o autor, o Capital Social está muito baixo, tal como no resto da América Latina, e isso se deve a globalização e a minimização do Estado, que não se engaja para melhorar a situação sócio-econômica da população, tal como destaca Evans (in COSTA, 2003).

A fragmentação do Capital Social do Estado brasileiro, no entanto, começa a ser recompensada por outras atividades sociais, no qual o Capital Social é importantíssimo para sua formação e sua organização pode gerar mais desta variável: organizações comunitárias ou de bairro, atividades de apoio a educação, atividades ou organizações religiosas e atividades filantrópicas ou voluntárias (BARQUERO, 2006). Tais atividades sociais contribuem bastante para essa redemocratização, pois levam a participação dos cidadãos na política.

Nesse contexto, as diversas formas de associação, dentre elas a Associações de Moradores e a de trabalho, como é o caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tornam-se alternativas ao Estado na criação de Capital Social e desenvolvimento econômico, uma vez que organizam atividades de apoio à educação, esportivas e filantrópicas, e isso é importante para o fomento do Capital Social, pois segundo Putnam, “mesmo associações com pouca relação direta com a atividade econômica – como instituições esportivas e culturais –, comporiam o capital social, pois reforçariam as relações de cooperação entre os membros da sociedade” (COSTA, 2003), e geram emprego e renda, e, por conseguinte mais empreendimentos econômicos.

Ao longo da história, os EES representam uma resposta dos desempregados e das comunidades carentes à ditadura do capital, sendo, portanto, uma alternativa de ocupação e renda para eles, e a possibilitar de fortalecer o capital social da comunidade.

1.2 Capital Social, Desigualdade, Associativismo e Desenvolvimento.

As publicações das duas obras de Robert Putnam, *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy* (1993) e *Bowing Alone: the collapse and revival of American*

Community (2000), levou o termo Capital Social a ganhar importância no meio acadêmico e aos militantes políticos (MONASTERIO, 2006).

O termo, definido por Putnam como “característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (in BORBA e SILVA, 2006), tem importância, da mesma forma que o capital físico e humano, no setor produtivo da economia, e em segunda análise importante para o desenvolvimento econômico.

A existência de Associações evidencia Capital Social na região, além de serem importantes para reprodução do mesmo (BAQUERO, 2003). Essa organização social, como fora exposta, também contribui para formação de empreendimentos econômicos, mas suas ações, tanto econômicas como sócias, assim como outras instituições, depende de capital social, quanto mais possuir, mais eficientes serão suas ações.

A geração de novas unidades produtivas significa, para economia, novos postos de trabalho e acréscimo de renda, em outras palavras, crescimento econômico. Empreendimentos Econômicos Solidários, assim, é um vetor para o desenvolvimento, ao gerar aumento de bem-estar aos seus membros, moradores de bairros pobres, que começam a ter uma nova relação com o trabalho e com a comunidade da qual fazem parte.

Esse vetor, apontado várias vezes pelo Secretário Paul Singer em seus diversos artigos, principalmente no “É Possível Levar Desenvolvimento a Comunidades Pobres” (2004), como principal instrumento de promover o desenvolvimento através da melhoria econômica das comunidades pobres. Essa idéia corrobora com o postulado de Pierre Salama, em seu artigo “Abertura e Pobreza: Qual Abertura” (2005): “A aceleração do crescimento desempenha um papel positivo em relação ao nível de pobreza, a menos que as desigualdades cresçam muito fortemente”.

Nesse postulado, SALAMA afirma que o crescimento econômico só promoverá desenvolvimento na região se as desigualdades entre ricos e pobres forem diminutas. No Brasil esse caminho deve ser percorrido, portanto a alternativa apontada por SINGER deve ser considerada, uma vez que, como aponta CATTANI (2007) 1% da população mais rica do Brasil acumula cerca de 10% a 13% da riqueza nacional, enquanto que a mesma quantidade

da renda nacional encontra-se nas mãos dos 40% mais pobres, e que tal acontecimento é comentado apenas por 2% da imprensa brasileira.

O desenvolvimento econômico caracterizado pelo aumento do produto da economia e melhoria das condições de vida da população perpassa pela criação de novas unidades produtivas. Os empreendimentos econômicos solidários são uma modalidade de unidade produtiva, cuja origem e estrutura organizacional diferem das unidades produtivas tradicionais, por se apresentarem como alternativa dos desempregados de baixa renda, organizados por intermédio ou não de associações de moradores, sindicatos movimentos sociais e/ou outras organizações não-governamentais. Portanto, torna-se imprescindível a avaliação dos EES na geração de ocupação e renda, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento econômico do Amazonas, na primeira década do século XXI.

1.3 Objetivos

Geral:

Avaliar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como alternativa de geração de ocupação e renda no Estado do Amazonas na primeira década do século XXI.

A execução desse objetivo geral passou pela resposta dos seguintes objetivos específicos:

- Investigar a origem dos empreendimentos econômicos solidários do Amazonas;
- Perquirir sobre a organização dos empreendimentos econômicos solidários amazonenses;
- Pesquisar acerca da geração de ocupação e renda dos empreendimentos econômicos solidários do Amazonas;
- Verificar a participação dos empreendimentos econômicos solidários na formação do capital social da comunidade;

- Comparar entre a realidade dos empreendimentos econômicos solidários do Brasil e do Amazonas;
- Desencadear um processo de ação-reflexão-ação acerca da formação do capital social e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

1.4. Construção Teórica Metodológico

O presente trabalho pode ser definido como uma relação dialética entre as diversas investigações empíricas, bibliográficas e o exercício de reflexão, buscando a aproximação entre eles, e assim apreender o objeto de estudo, centrado na contribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na geração de ocupação e renda na cidade de Manaus, na primeira década do século XXI.

Uma possível contribuição da referida instituição para o desenvolvimento sócio-econômico, através da geração de ocupação e renda, baseia-se nas idéias de Paul Singer sobre desenvolvimento e economia solidária, bem como sua contribuição na explicação da formação urbana das metrópoles latino-americanas, Paulo Peixoto de Albuquerque sobre associativismo, Armando de Melo Lisboa sobre Solidariedade, Lia Tiriba sobre Organizações Econômicas Populares, Pierre Salama sobre a exploração do trabalho na América Latina, Luiz Inácio Gaiger sobre Empreendimento Econômico Solidário, e o conceito de Capital Social discutidas por Marcello Baquero.

Através desse cabedal de teoria foi possível compreender o funcionamento dos EES e seu posicionamento alternativo de geração de emprego e renda. No entanto, para se avaliar como ocorre a participação dos EES na geração alternativa de ocupação e renda no Estado do Amazonas e fazer uma interface com a realidade dos empreendimentos econômicos solidários do Brasil, tornou-se mister lançar mão das informações do Mapeamento da Economia Solidária publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MET), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), que armazena dados nacionais e locais da economia solidária.

A economia solidária, para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, é uma “resposta dos trabalhadores e das comunidades pobres para as transformações ocorridas no mundo de trabalho” (SENAES, 2006, pg. 07), e sua unidade produtiva representativa, o Empreendimento Econômico solidário, uma organização permanente, suprafamiliar, regida pela autogestão, pertencente à economia solidária (SENAES, 2006, pg. 13).

Nesse sentido a Secretaria investigou os diversos empreendimentos econômicos do Brasil, através de uma pesquisa de campo que abrangia as seguintes questões:

identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental (SENAES, 2006, pg. 09).

Os dados disponibilizados pelo SIES foram organizados de tal forma a se gerar um perfil dos EES do Brasil e do Estado do Amazonas, os quais contemplaram os seguintes indicadores, distribuídos em três grupos:

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL

- A) Número de Empreendimentos;
- B) Evolução dos EES na história;
- C) Área;
- D) Motivo;
- E) Formas de Organização;
- F) Apoio;
- G) Fornecedores dos Apoios;
- H) Sede.

II – CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

- A) Atividades;
- B) Origem dos Recursos;
- C) Crédito;
- D) Fonte de Crédito;
- E) Valor dos Créditos;
- F) Dificuldade de Crédito;
- G) Investimentos;
- H) Valor dos Investimentos;
- I) Equipamentos;
- J) Origem das Matérias-Primas;

- K) Faturamento;
- L) Faturamento/Investimento;
- M) Destino dos Produtos/Serviços;
- N) Local de Destino das Vendas;
- O) Espaços de Comercialização;
- P) Dificuldade de Comercialização;
- Q) Divulgação;
- R) Quantidade de Sócios;
- S) Remuneração dos Sócios;
- T) Quantidade dos Não-Sócios;
- U) Remuneração dos Não-Sócios;
- V) Distribuição das Sobras.

III – CAPITAL SOCIAL

- A) Direção dos EES;
- B) Periodicidade da Assembléia Geral;
- C) Participação dos Sócios nas Decisões;
- D) Participação em Rede ou Fórum de Articulação;
- E) Participação em Movimentos Sociais ou Populares;
- F) Participação em Ações Sociais ou Comunitárias;
- G) Preocupação com qualidade de vida de seus consumidores;
- H) Tratamento e/ou destino dados aos resíduos gerados no empreendimento.

As informações do perfil foram confrontadas com os dados referentes às da Micro e Pequena Empresa, (quantidade de empresas, emprego e renda gerados) fornecida pelo Anuário do Trabalho da Micro e Pequena Empresa 2008, organizados pelo SEBRAE.

Através desse confronto, somada com as informações empíricas dos autores citados no segundo parágrafo, foi possível identificar o empreendimento econômico solidário (EES) como unidade econômica alternativa, além de avaliar seus resultados por meio da analogia com a economia dominante.

O processo de avaliação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) foi complementado com outra etapa, configurada como uma pesquisa de campo envolvendo um empreendimento na cidade amazonense de maior ocorrência de EES, Manaus. O escolhido foi o empreendimento da comunidade da Vila da Felicidade, por terem sido referência na economia solidária da Região Norte do Brasil.

Nessa última etapa, foi feita uma entrevista com o representante da comunidade, João Prestes, e o único representante do EES em questão, Seu Arlindo, na qual procurou se auferir: origem do empreendimento, forma de administração, repartição dos ganhos, envolvimento com os assuntos da comunidade, dificuldades enfrentadas para se administrar (decidir as metas do empreendimento; conseguir financiamento; comercializar seus produtos), e benefícios gerados pelo empreendimento (questionário disponibilizado no Anexo I).

O trabalho, assim desenvolvido, consta com oito capítulos (incluindo introdução, revisão bibliográfica e conclusão). No primeiro capítulo (Introdução), foi feita uma introdução do tema do trabalho, mostrando a importância do seu estudo, seus objetivos e como este vai ser executado.

No segundo capítulo, os autores relacionados no segundo parágrafo desta parte foram debatidos a fim de se estabelecer as bases teóricas do estudo. Feito isso, o trabalho seguiu para um terceiro capítulo no qual se abordou os empreendimentos econômicos solidários no Brasil, e assim, teceu-se um perfil dos EES brasileiros.

A caracterização dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros foi restringida no quarto capítulo no qual se perfilou os EES amazonense, utilizando-se dos mesmos indicadores do primeiro, descrito em parágrafos anteriores. Esse capítulo foi completado por dois posteriores, um no qual se traçou os perfis das sub-regiões do Estado do Amazonas, bem como dos municípios amazonenses com número de EES igual ou superior a dez, e outro no qual foi apresentado um caso de EES no município de Manaus.

O trabalho se encerrou, assim, com mais dois capítulos, um que aborda a importância da gestão profissional nos EES, assunto levantado pelo exemplo da Associação Vila da Felicidade. O outro, a conclusão, no qual se trabalhou com os resultados da pesquisa, a fim de avaliar e indicar se os empreendimentos econômicos solidários funcionam como alternativa de geração de ocupação e renda no Estado do Amazonas

2. EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

O termo “Desenvolvimento” das sociedades, sempre fora uma preocupação das diversas ciências, sobretudo, das Ciências Sociais, ganhando nas últimas décadas, maior repercussão e adquirindo novos adjetivos, como: “social”, “econômico”, “sócio-econômico”, “regional”, “local”, “sustentável” etc.; Em face, a complexidade do termo, este requer um estudo aprofundado e que esmiúce cada uma dessas definições, de acordo com o adjetivo que recebe e a subjetividade do pesquisador em relação ao objeto pesquisado.

Dentre os diversos conceitos formulados, o conceito dominante nas Ciências Econômicas é o que “encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas” (SOUZA, 2005, pg. 06). Em outras palavras, o desenvolvimento considera mudanças estruturais que “definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno” (CHENERY, 1981, apud SOUZA, 2005, pg. 06).

Ao considerar o desenvolvimento como uma mudança qualitativa no modo de vida, uma mudança das estruturas econômicas tradicionais para um sistema econômico moderno, implica considerar que este só existe quando a renda da população aumenta tornando-se maior que a própria população, quando há melhoras nos serviços de saúde, e quando o sistema econômico vigente torna-se capitalista. Através destes critérios, pode-se dividir o mundo em países “desenvolvidos” e aqueles “subdesenvolvidos”.

O subdesenvolvimento é uma característica pertencente à maioria dos países, cerca de 80% da população mundial são pertencentes a países subdesenvolvidos (WIKIPÉDIA,

2008). Dentre o rol dos países subdesenvolvidos encontra-se a República Federativa do Brasil, com uma população estimada em 2007 183. 987.291 (IBGE, 2008), que entrou o começo do novo milênio com os 50% mais pobres desfrutando de apenas 12% da riqueza, enquanto 1% da parcela mais rica do país possui 13% desta riqueza (HOFFNAM, 2000), mostrando o grande abismo sócio-econômico.

A realidade apresentada anteriormente, a grande desigualdade sócio-econômica, mas também a opulência do PIB, que deixou o país entre os dez mais ricos do mundo, deveu-se, principalmente, a um processo largamente utilizado na América Latina na segunda metade do século XX, o processo de substituição de importações, importante para o desenvolvimento industrial (capitalista) desta região, e suas modificações recentes.

O processo de industrialização na América Latina provocou uma rápida urbanização, um inchaço metropolitano, uma financeirização das empresas, explorando cada vez mais o trabalho e, a busca por uma alternativa de sobrevivência por parte daqueles que são excluídos, ou mesmo pertencentes ao sistema dentro do exército industrial de reserva, que se associam sob diversas formas, destacando-se aqui as Organizações Econômicas Populares – OEP.

2.1 O Desenvolvimento Capitalista e a Urbanização da América Latina

O pós Segunda Guerra germinou nos Estados Latino-Americanos o pensamento de Desenvolvimento, inspirado pelas iniciativas dos Estados de Bem-Estar Europeus e apoiados pelos EUA. Este último foi importante não somente no estabelecimento das ditaduras na região, como na criação da instituição formuladora do pensamento Sócio-Econômico Latino-Americano, a CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

A comissão, criada pelas Nações Unidas, teve a contribuição, além do ilustre economista Celso Furtado, cujos posicionamentos teórico-político influenciaram incisivamente no desenvolvimento capitalista brasileiro, do economista argentino Raúl Prebisch, importante na conduta econômica latino-americana de substituição de importação, que desenvolveu a industrialização, principalmente, argentina, brasileira e mexicana.

A economia subdesenvolvida vive em círculo vicioso, como esboçou SOUZA, 2005, em seu livro Desenvolvimento Econômico: compartimentada em três setores, de subsistência, mercado interno e mercado externo, a economia sustenta-se com a relação estabelecida com o mercado externo, tendo como motor o superávit do setor agrícola na balança comercial, dependente, em sua maioria de um produto, financiador do déficit do setor industrial urbano, que importa máquinas, equipamentos e insumos industriais, produzindo para o mercado interno.

Quando ocorrer esse dinamismo, o setor de subsistência se reduz. No entanto, a situação de equilíbrio, aquela em que o superávit do setor primário é igual ao déficit do setor industrial é muito frágil, uma vez que os produtos primários têm seu valor reduzido, sem uma contrapartida de redução dos preços dos produtos industrializados importados, provocando um déficit na balança comercial da economia, que aumenta a necessidade de recursos externos, como empréstimos para manter seu consumo, aumentando sua dependência (SOUZA, 2005).

A proposta de Raúl Prebisch possuía os seguintes pontos:

(a) compressão do consumo supérfluo, por meio do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; (b) incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo para implantação da infra-estrutura básica; (c) realizações de reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; e (d) aumento da participação do Estado na capacitação de recursos e na implantação de infra-estrutura, como energia, transportes, comunicações etc.(SOUZA, 2005, p. 158).

A orientação seguida, já em 1960 a América Latina poderia ver o resultado no Brasil, quando este foi capaz de substituir bens intermediários e bens de consumo duráveis, com a produção capaz de extrapolar a demanda interna, proporcionando ao país a diversificar de sua pauta de exportação (SOUZA, 2005).

Esse caminho econômico fora determinante para industrialização da América Latina, conseguida em menos de cinquenta anos, tendo grandes progressos nas décadas de 1960 e 1970, e crises na década seguinte, 1980, a chamada “década perdida”, levando à crise do modelo e abertura econômica já na década de 1990, provocando uma modernização do parque

industrial latino-americano, com a automação das indústrias com grande coeficiente do trabalho, provocando, assim, elevado desemprego.

A deterioração do trabalho e o aumento da pobreza não se restringiram à intensificação do exercito industrial de reserva, mas, como apresenta SALAMA, 1999, a um aumento da mais-valia, que não se restringe ao uso da mão-de-obra, mas também do capital, através do processo de financeirização das empresas, e da polivalência de uma força de trabalho qualificada ou não.

A financeirização das empresas tem sua origem no fim da “década perdida”, na qual estas não podem contar com os empréstimos bancários, pois estes se encontram em situação delicada, já que seus empréstimos não conseguem ser totalmente pagos pelos depósitos, devido a uma hiperinflação, então as empresas, possuindo uma obsolescência do seu aparelho produtivo e tendo de enfrentar uma forte concorrência externa, provocada por uma rápida liberalização do comércio exterior, tendem a recorrer ao mercado financeiro, lançando suas ações nas bolsas de valores, disputando recursos com o Estado, que vendem bônus do tesouro e títulos da dívida, a fim de se financiar e reduzir a inflação. Estes últimos produtos do mercado financeiros são preferidos as ações, devido à elevada taxa de juros e um curto período de resgate, proporcionando um menor investimento no setor produtivo (SALAMA, 1999).

O financiamento das empresas, na Bolsa de Valores, ocorrerá quando essas apresentarem custos baixos, e conseqüentemente lucro maior, e em uma economia globalizada, como da América Latina nessas últimas duas décadas, significou uma maior automação, ou seja, atividade intensiva em capital, e redução do custo do trabalho. Reduzir o custo de trabalho significou deixar elevada o exército industrial de reserva e flexibilizar a utilização da mão-de-obra (SALAMA, 1999).

Em se tratando da relação entre financeirização da economia e flexibilidade do trabalho, SALAMA, 1999, conclui:

Num primeiro momento a expansão das finanças, num contexto de economia relativamente fechada e pouco liberalizada, tinha efeitos perversos sobre a acumulação e as formas de exploração da força de trabalho. Num segundo momento, o desenvolvimento de mercados financeiros “emergentes”, em um contexto diferente, de economia mais aberta e mais liberalizada, tem inicialmente efeitos menos perversos. A flexibilidade do trabalho aumenta e as formas modernas de exploração da mão-de-obra se desenvolvem. A

financeirização as atividades se opõe ao aumento necessário da taxa de acumulação, e o desemprego e a exclusão crescem ao mesmo tempo em que as atividades informais se concentram nos segmentos de “estrita sobrevivência (SALAMA, 1999, pg. 124).

Essa passagem revela a relação de exclusão e financeirização existente no processo de globalização, na qual os países latino-americanos estão inseridos, e que não se restringe exclusivamente a esses países, mas também se apresentam nos países desenvolvidos. É interesse observar, a conseqüência deste processo, o importante aumento das atividades informais, com a qualidade de sobrevivência.

O processo de industrialização latino-americano, também, transformou as relações existentes entre o campo e a cidade e, aglomerou a pobreza e as desigualdades dentro do perímetro urbano. A zona rural ficou cada vez mais subjugada à zona urbana, uma vez que a primeira, produzindo produtos primários, tornou-se deficitária, economicamente, da segunda, produtora de produtos industrializados e serviços, cujo valor agregado é maior do que os produtos primários. Essa riqueza maior das zonas urbanas chamou a atenção da mão-de-obra rural, que migrou intensamente do campo para cidade, capaz de menos de meio século produzir um “inchaço” nas cidades e esvaziamento do campo.

A respeito desse processo, SINGER, 1998, aponta duas caracterizações da urbanização latino-americana:

Castells caracteriza a urbanização na América Latina com os seguintes traços: aceleração crescente, desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, formação de uma rede urbana truncada e desarticulada “que não hierarquiza as aglomerações segundo uma divisão técnica de atividades” (p.10). Quijano, por sua vez, vê o processo de urbanização na América Latina produzindo “enorme desequilíbrio inter-regional, urbano-rural e interurbano”, tremenda concentração dos benefícios nas regiões e cidades mais profundamente vinculadas às metrópoles externas, acabando por lhe atribuir uma ‘acentuação’ do subdesenvolvimento” (“Dependência etc.” p.131).

As duas caracterizações mostram, por um lado, o rápido crescimento populacional urbano, sem a contrapartida de um rápido crescimento dos serviços urbanos. Por outro lado, temos uma aceleração urbana dependente, não de um processo interno de evolução do capitalismo nacional, caracterizado por uma hierarquização das cidades regionais, mas sim de um processo de dependência com o capital externo, que privilegia aquelas cidades dependentes das metrópoles externas, acentuando, com isso, a pobreza e as desigualdades, ou seja, o subdesenvolvimento.

O desenvolvimento capitalista da América Latina, escolhido para promover o desenvolvimento sócio-econômico da região, teve grande impulso através da política de substituição de importação, seguida de uma política neoliberal de abertura comercial e a minimização do Estado na esfera econômica, produziu não um desenvolvimento, mas como explica FURTADO, 2000, uma modernização da economia regional, além, da financeirização das atividades econômicas, que acentuaram a pobreza e as desigualdades internas, e uma urbanização acelerada, caracterizada por uma falta de hierarquia interna, dependência das metrópoles de países desenvolvidos, e uma população incapaz de ter suas demandas saciadas na totalidade, buscando no mercado informal da economia, ou em atividades geradoras de poucos ganhos, de forma associativa ou individual, um meio de sobrevivência.

2.2 Um novo paradigma de Desenvolvimento: Desenvolvimento Solidário

A América Latina, nas últimas décadas, observou um grande crescimento econômico, modernização da sua economia, mas, como fora apresentado, teve que encarar uma forte desigualdade, pobreza, exploração do trabalho e a favelização de suas cidades. Essa dicotomia econômica e espacial encontradas dentro e fora dos centros urbanos latino-americanos tem suas raízes nos meios e fins de seu desenvolvimento.

A segunda metade do século XX teve a ditadura como marca política dos países latino-americanos, a intervenção do Estado na economia, proporcionando infra-estrutura a fim de se alcançar maior crescimento econômico possível, deixando a divisão desta riqueza para um segundo estágio, fechamento da economia ao mercado externo, devido ao modelo de substituição de importação, e a dependência do capital estrangeiro, principalmente do grande capital, por meio das multinacionais. Portanto, o desenvolvimento deste continente, dado neste período, não poderia ser diferente do quadro apresentado no parágrafo anterior, tendo em vista que os meios deste processo não tiveram a liberdade como princípio (ditadura, fechamento econômico, dependência de capital), nem o seu fim buscava a liberdade, “crescer o bolo para depois repartir”.

O desenvolvimento econômico, segundo SINGER, 2004, em seu artigo “Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário”, pode ser dividido entre duas

vertentes, como sugere o nome do artigo, desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. O primeiro é regido pela “égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo”, por outro lado, o desenvolvimento solidário é aquele “realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados” (SINGER, 2004, pg. 04).

A grande característica do desenvolvimento capitalista é a concorrência entre os capitais privados, implicando modernidade tecnológica, por investimentos em P&D, e exclusão social, na medida em que o capital torna-se mais eficiente, necessitando de menos mão-de-obra para o trabalho, e assim, aumentando o desemprego (SINGER, 2004).

Esse processo, bem visível nos países Latino-Americanos, não pode ser considerado como modelo de desenvolvimento de uma região, uma vez que aprisiona a maior parte da população, aqueles que não possuem o capital, a uma busca incessante por emprego e renda, que na maioria das vezes não é capaz de possibilitarem as condições mínimas de sobrevivência, e tendo em vista a concepção de SEN, 2000, este só existe quando os meios e o seu objetivo, seu fim, têm como princípio a liberdade. A liberdade, assim, tem seu papel instrumental e o seu papel constitutivo, respectivamente. No que se refere ao primeiro papel,

o papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. [...] os seguintes tipos de liberdades instrumentais: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais (4) garantias de transparência (5) segurança protetora (SEN, 2000, pg. 53-55).

Em relação ao segundo papel,

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2000, pg. 52).

A perspectiva apresentada anteriormente fundamenta a incapacidade do modelo de desenvolvimento latino-americano de produzir tal objetivo, e aponta que para uma localidade ou região alcançar o desejado desenvolvimento é necessário um estado de democracia

política, na qual seja permitida a liberdade de expressão e a oportunidade dos diversos grupos trabalharem para saciar suas necessidades, crescimento e equidade econômica, oportunidade das pessoas de usufruírem dos serviços de saúde e educação, confiança das pessoas entre si e nas instituições, além da garantia de estarem seguras, possibilitando a população o usufruto da sua liberdade.

Mas como buscar liberdade se o próprio sistema econômico vigente leva a castração da liberdade, não só pela a criação do enorme exercito industrial de reserva, não só pela pobreza e a desigualdade social, mas por incentivar um dos desejos mais nocivos do ser humano, a vaidade.

Essa vaidade que faz, por exemplo, a população negra estadunidense possuir a mesma esperança de vida da população de um país subdesenvolvido (SEN, 2000); estimula o egoísmo, fazendo com que cada vez mais o indivíduo perca seu senso de parte de uma comunidade; e dentro outras coisas, criar a ilusão de que o indivíduo possui necessidades infinitas, gerando um consumismo doentio.

O desenvolvimento do modo de produção solidário opõem-se a essa realidade e se aproxima com o conceito de SEN. O desenvolvimento solidário não impede o progresso científico, tecnológico, pelo contrário, incentiva-o com a prerrogativa de este ser de alcance de toda a sociedade, por conseguinte dos diversos produtores, que não só dividem conhecimento, mas também, a riqueza produzida de maneira equitativa, mesmo dispostos em mercado, através de unidades produtivas composta por um única pessoa, ou por associação, como as cooperativas, no assim chamados Empreendimentos Econômicos Solidários- EES (SINGER, 2004).

2.3 Associativismo, Organização Econômica Popular (OEP) e Capital Social

A história vem mostrando que uma das grandes virtudes do ser humano é a sua propensão à vida social, aliás, um grande filósofo da antiguidade caracterizou o homem como um ser político. Essa propensão situa-se como uma das três principais propensões, que como explica SOUZA, 2006, "propensão é uma resposta ao ambiente" (SOUZA, 2006, pg.130): vida social, à troca e ao trabalho especializado (SOUZA, 2006).

Dizer que o homem é um ser social, político, ou que possui propensão à vida social, implica dizer que ele é um ator externo ao seu meio, modificando e se modificando nele, e que ele é capaz de conviver com seus semelhantes e, assim, construir uma comunidade, seguindo uma ordem social e, conseqüentemente, dividiu tarefas e trocar mercadorias (SOUZA, 2006).

A propensão econômica mostrada pelo homem social levou-o a se organizar em diversas formas econômicas ao longo da história, chegando ao sistema econômico dominante atual, o capitalismo, o qual dividiu a sociedade em três classes: classe dos ricos, dos pobres e a classe média. Cada uma dessas classes possui satisfatores e meios para adquirir renda, e assim satisfatores.

Os ricos são, na sua maioria, os detentores dos meios de produção, procuram imitar os satisfatores da população dos países desenvolvidos (FURTADO, 2002), e para conseguí-los, exploram aqueles que trabalham para eles, as outras duas classes, através do próprio trabalho e da venda das mercadorias produzidas.

A classe média imita os satisfatores dos ricos (FURTADO, 2002), e, como não detém os meios de produção, ou tentam, por meio legais, conseguirem capital, tornando-se micro ou pequenos capitalistas, ou se sujeitam trabalhar para os primeiros, dirigindo-se principalmente aos cargos “pensantes” da empresa, ou seja, a parte administrativa ou de projetos de engenharia, que possibilita aos seus patrões maximização de lucros, e por isso recebendo um salário maior. Essa propensão pensante faz dessa classe também parte principal da intelectualidade do país.

A última classe, como aponta TIRIBA, 2001, gostaria de consumir os satisfatores das outras classes, mas consomem o que a sua renda os possibilita, e as vezes, nem satisfatores conseguem para satisfação suas necessidades, e como não possuem meios de produção, nem educação suficiente para serem parte da intelectualidade nacional, procuram maximizar de todas as formas suas atividades, a fim de conseguirem renda ao menos para sobreviverem, trabalhando nas empresas da primeira ou segunda classe, ou constituindo, com a classe média, o que a autora caracteriza de Economia Popular, composta por cinco tipos de atividade, basicamente:

- **Soluções assistenciais, como mendicância nas ruas, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada orientados a setores de extrema pobreza etc.**
- **Atividades ilegais ou envolvendo pequenos delitos, como prostituição, pequenos roubos, pequenos pontos de venda de drogas, ou outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas sociais e culturais.**
- **Iniciativas individuais informais, como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, mensageiros com locomoção própria, guardadores de carros, coletores e vendedores de ferro-velho etc., muitas vezes vinculadas ao comércio formal.**
- **Micro empresas e pequenos escritórios e negócios de caráter social, individual ou de dois a três sócios, como pequenos comércios de bairro, oficinas de costuras, bares etc. (geralmente dirigidos pelos próprios empresários, com a colaboração da própria família).**
- **Organizações econômicas populares, como organizações de pequenos grupos, para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares) (RAZETO, 1993b, p 36-37) (TIRIBA, 2001, pg. 116).**

A resposta, então, encontrada pela classe pobre para poder ao menos consumir os satisfatores mínimos para sua sobrevivência, está situada entre atividades imorais, ilegais ou socialmente positivas, como as Organizações Econômicas Populares, entre os quais, seu principal representante, têm-se os Empreendimentos Econômicos Solidários.

As Organizações Econômicas Populares (OEP), como ditas anteriormente possui três características que se deve ressaltar: o associativismo, a solidariedade e a sua origem. A primeira das características é definida como “o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, para dar conta de demandas comuns [...] busca um consenso sobre as divergências, por princípios éticos” (ALBUQUERQUE, 2003, pg. 15). Desta forma, podem-se caracterizar as OEP como um grupo de pessoas que se reúnem regularmente em prol de conseguir o bem-estar comum, mesmo se houver alguma divergência entre elas.

O associativismo pode ser classificado de diversas formas, dentre elas tem-se a forma normativa que o distingue em seis grupos: associação filantrópica – voluntários que prestam assistência social; associação de moradores – pessoas que moram no mesmo espaço urbano, tendo o objetivo à melhoria da infra-estrutura social; associação de defesa da vida – pessoas marginalizadas, unidas para garantir direitos sociais mínimos; associação cultural, desportivo e sociais; associação de classe – conselhos profissionais e federações tendo objetivo uma maior participação na renda do trabalho coletivo; associação de trabalho – associação de trabalhadores ou pequenos produtores com o intuito de realizar alguma atividade econômica,

caso da OEP e, conseqüentemente, dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). (ALBUQUERQUE, 2003).

A segunda característica das OEP, o solidarismo, liga esta a própria comunidade e o bem-estar gerado por sua existência. Esse termo, vinculado, inicialmente, à comunidade, família e vizinhança, significava abrigo e segurança diante das adversidades, modificou-se quando o indivíduo não se identificava mais com o seu vizinho, e muitas vezes sem manter comunicação com este, e até mesmo com a comunidade onde mora, e agora ganha um “sentido interclassista para com o outro (pobre, o diferente racial e ideologicamente), incluindo as demais formas de vida (a natureza)” (LISBOA, 2003, pg. 247-248). Assim, as OEPs ganham mais um significado, o de fazer com que o indivíduo, atualmente autônomo à comunidade, se interage com o seu vizinho e com a própria comunidade.

A última característica é sua origem. Como fora citada, as OEPs possuem diversas origens, dentre elas a comunidade, representada pela associação de moradores, o que fortalece ainda mais a relação das OEPs com a comunidade, e o seu sentido solidário. No entanto, para a segunda característica ser fortalecida, deve-se estabelecer os princípios seguidos por estas associações de moradores.

Em termos normativos jurídicos, as associações devem possuir, como apresenta a constituição e o código civil, caráter de sociedade civil sem fins lucrativos; patrimônio formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas; representar seus associados em ações coletivas; possuir uma assembleia geral na qual os associados tem direito a um voto nas decisões da associação; não remunerar os dirigentes pelo exercício de suas funções; reinvestir na própria associação as sobras das operações financeiras; declarar anualmente uma isenção de imposto de renda (ALBUQUERQUE, 2003)

Através das normas listadas a cima observa-se o princípio **democrático** que deve ser seguido pelas associações, como decisões tomadas por uma assembleia formada pelos associados, na qual todos têm o peso igual na votação. Outro princípio é o da **solidariedade**, uma vez que esta instituição representa os interesses dos seus associados, no caso das associações de moradores, a solidariedade torna-se mais evidente por levar o indivíduo a interagir e trabalhar em prol da sua comunidade, e colocá-lo mais próximo dos seus vizinhos.

Os princípios das associações, em especial das associações de moradores, o aproxima das OEPs, tanto nos princípios destas, como na responsabilidade das associações de moradores na criação das OEPs, visto que ao representar os interesses dos associados, muitas vezes desempregados, as associações de moradores acabam por organizar empreendimentos econômicos populares, no caso solidário, por serem estas uma forma de gerar trabalho e renda, de forma solidária, já que ninguém é patrão de ninguém e todos trabalham não só para si, mas também para sua comunidade.

Os EES são caracterizados como “as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade” (GAIGER, 2003, pg. 135). Estes princípios significam que os EES são geridos pelos próprios trabalhadores, que trabalham para conseguirem renda suficiente para si, para manterem seu empreendimento, e para sua comunidade. Uma importante característica destas organizações, como aponta SINGER, 2001, é não expropriação da mais-valia. Por serem os trabalhadores donos da empresa, eles repartem de maneira igualitária os ganhos, e ainda os repartem com a comunidade, gerando uma re-ligação do trabalhador com o seu fruto, as mercadorias em geral e o capital, e gerando um bem-estar mental, como aponta TIRIBA, 2001, pelo fato de não haver patrão nas empresas. Por gerarem trabalho e renda aqueles sem condições para isso, por possibilitarem bem-estar pela autogestão e ao fazer a re-ligação do criador com a criatura, trabalhador e mercadoria, além de possibilitar ganhos financeiros à comunidade, tornam-se alternativa de desenvolvimento para as comunidades pobres, que muito tem de contar com os empregos das empresas capitalistas, em geral de grande capital estrangeiro, sem preocupação com o bem-estar destas (NISTAL, 2006).

A existência das associações e dos EES só é possível quando existe um conceito, amplamente divulgado no início da primeira década do século XXI por Robert Putnam, chamado de Capital Social. Este é definido como “conjunto de valores informais ou norma compartilhadas entre os membros de um grupo que possibilita a cooperação entre eles” (BAQUERO, 2003, pg. 28), em outras palavras é o nível de confiança entre as pessoas, possibilitando a união entre elas. Essa forma de capital, uma das liberdades instrumentais (garantias de transparências), deprecia-se na medida em que não é utilizado, ou seja, quanto mais se usa mais ele ganha valor. Portanto, para ele crescer, a existência de associações de moradores, EES, clubes de mães, eventos esportivos, no qual os moradores das comunidades estão envolvidos, atividades políticas, organizações sindicais, atividades de apoio à educação

e à arte, atividades filantrópicas ou voluntarismo, demonstra o nível de capital social e o seu desenvolvimento.

2.4 Os Empreendimentos Econômicos Solidários na História

As questões do desenvolvimento econômico e qual modo de produção predominam está cada vez mais difícil. SINGER, 2004, em seu artigo demonstra a existência de um desenvolvimento misto, no qual se percebe as características das duas economias, capitalista e solidária, e seus mecanismos de progresso. Essa característica apontada pelo autor deve-se à própria história da economia solidária datada dos primórdios do capitalismo (SINGER, 2004).

Os primeiros registros dos então ditos Empreendimentos Econômicos Solidários são encontrados em meados dos séculos XIX, e associados a dos clássicos do socialismo utópico, o inglês cooperativista Robert Owen e ao francês associacionista Charles Fourier. Esses dois homens, juntamente com os sindicatos de sua época, geraram empregos e fizeram resistência com criação dos EES.

Um das primeiras arquiteturas e engenharias econômicas de comunidades sustentadas por EES foi o falanstério, criado por Fourier, baseado no socialismo de mercado, onde os participantes, organizados em equipes, seriam donos das ações das empresas, e poderiam escolher mudar de emprego quando quiserem.

Na Inglaterra, por outro lado, surgiu outra idéia: as Aldeias Cooperativas, idealizadas por Owen, industrial inglês que queria diminuir a pobreza, substituindo os fundos de pobreza por investimento estatal em terras e indústrias distribuídas aos pobres. Suas idéias ganharam força nos sindicatos da época, que realizavam greves, nas quais os grevistas se uniam em cooperativas para concorrer com seus antigos patrões.

As diversas experiências dessa época tiveram saldos positivos, como diminuição das horas de trabalho, aumento salarial e a prova de que uma nova economia pode ser implantada. Hoje, seu grande expoente é a Corporação Cooperativa de Mondragón, na Espanha, reunindo cooperativas industriais, de serviço, uma de seguro social, um banco cooperativo, uma universidade e cooperativas de investigação tecnológica.

2.5 Empreendimentos Econômicos: diferenças entre capitalista e solidário

A unidade produtiva da economia tradicional, ou seja, os empreendimentos econômicos capitalistas são caracterizados pela separação da riqueza de seus criadores. Isso pode ser visualizada de diversas formas (a - no processo produtivo; b - nas decisões das empresas; e c - na distribuição da produção) e nos seus diferentes tamanhos (micro, pequena e grande empresa).

Os empreendimentos econômicos capitalistas, também conhecidos como empresas, são formados por uma pessoa ou um grupo de pessoas que possuem dinheiro, o qual se transforma em capital para realizar uma “idéia” em atividade econômica. Esse processo realiza-se quando o primeiro compra, através do segundo, mercadorias (máquinas, equipamentos, matéria-prima, material secundário e de embalagem, serviço de terceiros) e força de trabalho (esta é comprada dos trabalhadores, que as vendem para conseguir dinheiro capaz para sua sobrevivência), assim a unidade produtiva capitalista divide-se em dois grupos, os donos do capital e os donos do trabalho.

A elaboração da “idéia” e o dispêndio de dinheiro, com sua transformação em capital, dão-se pela vontade do capitalista em ganhar mais dinheiro, aumentando, assim, sua riqueza. No entanto, isso só é possível com a agregação de valor gerada pelo trabalho realizado pelos detentores da força de trabalho ao combinar as diversas mercadorias compradas pela empresa. Apesar de realizarem a principal atividade na produção da riqueza, não recebem proporcionalmente por sua participação, apenas o necessário para sobreviver e sentirem satisfeitos com o seu emprego, mesmo que em alguns casos recebam participação nos lucros das empresas.

A apropriação da riqueza por parte do capitalista torna-se maior uma vez que nas unidades econômicas capitalistas as decisões da origem do fornecimento dos insumos, a contratação da mão-de-obra, bem como o local, a quantidade e o preço de venda da mercadoria são decididos pelos donos de capital que são guiados pela busca incansável da minimização de custos, maximização dos lucros e a ampliação desta fronteira.

A lógica dos empreendimentos econômicos capitalistas não discrimina o seu tamanho, que pode variar entre micro (com até 19 empregados e faturamento anual até R\$244 mil - SEBRAE; ou receita operacional bruta anual de até R\$ 1,2 milhões - BNDES¹), pequena (empregando entre 20 a 99 funcionários e possuindo faturamento que vai de R\$244 mil a R\$1,2 milhões – SEBRAE; ou que possua receita operacional bruta anual superior a R\$ 1,2 milhões e inferior ou igual a R\$ 10,5 milhões – BNDES), média (receita bruta anual variando entre R\$ 10,5 milhões e R\$ 60 milhões – BNDES) e grande empresa (receita bruta anual superior a R\$ 60 milhões – BNDES).

A realidade exposta acima deve ser descartada quando se pensa nos Empreendimento Econômico Solidário, tratada como uma empresa, porém com origem, objetivo, forma de gestão, relação capital e força de trabalho, e distribuição interna da riqueza gerada diferenciada da anterior e descrita nos parágrafos abaixo.

Ao longo da história dos movimentos sociais, e do surgimento das primeiras experiências de EES, as empresas solidárias tiveram como principal motivo de existência a necessidade da criação de ocupação e renda para aqueles que a estavam compondo. Essa necessidade se mesclou a vontade dos socialistas utópicos e sindicalistas a lutar contra o sistema capitalista, dando origem a diversos empreendimentos.

Existem muitas diferenças entre empresas capitalistas e as empresas solidárias. A começar pelos objetivos. A primeira busca a obtenção e a maximização dos lucros. A segunda tem como objetivo a ampliação da unidade doméstica de produção, e “não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda sociedade, no presente e no futuro” (SINGER, 2002).

Outras importantes diferenças das empresas capitalistas e solidárias residem na relação entre capital e força de trabalho, e a gestão de empresas. São por essas características que os EES são agentes pedagógicas e econômicas de transformação do sistema capitalista em outro sistema, aqui denominado economia solidária.

A gestão das empresas capitalistas é definida como heterogestão, “ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre as quais as

¹ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”(SINGER,2002).

Nas empresas solidárias, por outro lado, ocorre a autogestão, ou seja, as decisões da empresa são feitas democraticamente, envolvendo todos os seus participantes , que além de executar suas tarefas devem se preocupar com o andamento da empresa, uma vez que as ordens e instruções fluem de baixo para cima e as informações de cima para baixo, discutidas e analisadas na assembléia geral, autoridade máxima do EES.

Enquanto a relação capital e força de trabalho, e a distribuição de renda, existe uma diferença sutil entre as duas empresas, mas de grande relevância. Nas empresas capitalistas há dois grupos: os donos do capital e os detentores da força de trabalho. O segundo grupo trabalha para gerar riqueza ao capitalista e a empresa onde trabalha, ganhando apenas uma parte do valor obtido.

Na EES os próprios detentores da força de trabalho são os donos do capital, e, portanto trabalham para eles e para o crescimento das UD. A remuneração dos sócios dos empreendimentos solidários é constituída de dois grupos que se integram: as retiradas (correspondente aos salários das empresas capitalistas) e a divisão da sobra (nome dado aquilo que seria o lucro na outra forma de organização), decididas em assembléias.

As sobras, num EES, possuem três destinações: fundo de educação, fundo de investimentos, divisíveis e indivisíveis, e distribuição aos sócios por meio de dinheiro. A segurança de existência futura das empresas solidárias encontra se no fundo do investimento.

O primeiro tipo de fundo de investimento, o fundo de investimento divisível, é utilizado para a expansão da empresa. O seu valor é dividido entre os sócios, que somam ao valor do capital um percentual de juros, calculado com as menores taxas do mercado. Quando um sócio quer se retirar da empresa ele tem direito de retirar sua parte do fundo (cota- parte) com o valor dos juros a ele contabilizado, descapitalizando a empresa.

Outro tipo de fundo de investimento, o fundo de investimento indivisível, é a garantia futura de que a empresa solidária não se tornará empresa capitalista, uma vez que o valor do fundo não é repartido entre os sócios, e muito menos distribuído a eles, quando os

mesmos se retirarem da empresa. Assim, se a empresa se valorizar no mercado, ou, se for muito descapitalizada, não poderá ser vendida a uma empresa capitalista (SINGER, 2002).

2.5.1 Indicadores dos Empreendimentos Econômicos Capitalistas do Brasil e do Amazonas no ano de 2006².

A maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários possui similaridade com os micros e pequenas empresas, tanto pelo volume investido, quanto seu faturamento. Esse fato faz com que seja possível fazer uma analogia entre a economia tradicional e a economia solidária. Para tanto, é necessário ter uma base de dados no qual esteja disponível o desempenho das empresas capitalista, de porte já informado, no Brasil e suas Unidades Federativas.

A pesquisa realizada pelo SEBRAE e DIEESE, publicada em 2008, reúne informações de empresas de diversos portes e diversas regiões do Brasil, no período compreendido entre 2002 a 2006. Dentre os indicadores mais relevantes do Anuário tem-se: quantidade de empresas, emprego e renda gerada em 2006.

Número e Distribuição das Empresas

O primeiro desses indicadores, quantidade de empresas por porte, tem a seguintes características: no período citado as microempresas constituem o porte mais comum de empreendimento, apesar de sua importância diminuir 0,8 por centos ao longo dos anos (de 84,4% em 2002 para 83,6% em 2006, totalizando 1.873.241 empreendimentos no último ano de referência).

As microempresas, em termos de quantidades numéricas, são seguidas pelas pequenas empresas, com 311.693 unidades, equivalente a 13,9%; empresa de médio porte, com 35.348 empreendimentos, igual a 1,6%; e empresa de grande porte, representando, em termos

² Os dados referentes às empresas apresentadas nesse capítulo foram retirados do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, organizado e publicado pelo SEBRAE 2008

absolutos 20.789, e 0,9% em termos relativos; totalizando, assim, 2.241.071 empreendimentos econômicos capitalistas.

A distribuição dos estabelecimentos dentre as diversas regiões do Brasil, segundo o seu porte, mostra a liderança da região Sudeste, com 1.166.107 unidades (963.229 microempresas, 170.852 pequenas empresa, 20.036 empresa de médio porte e 11.990 empresas de grade porte), seguida pela região Sul, com 499.892 empresas (431.382 microempresas, 58.927 pequenas empresa, 6.300 empresa de médio porte e 3.283 empresas de grade porte) e região Nordeste, com 330.149 empreendimentos (276.392 microempresas, 45.466 pequenas empresa, 5.145 empresa de médio porte e 3.146 empresas de grade porte).

A região Norte, com 76.554 empreendimentos, (60.875 microempresas, 13.100 pequenas empresa, 1.577 empresa de médio porte e 1.002 empresas de grade porte) situa-se no último lugar, quando se trata de número de estabelecimentos, segundo o seu porte. Os Estados do Pará, com 29.758 empresas (23.215 microempresas, 5.446 pequenas empresa, 464 empresa de médio porte e 308 empresas de grade porte), seguido pelos Estados de Rondônia, com 14.522 estabelecimentos (12.205 microempresas, 2.046 pequenas empresa, 179 empresa de médio porte e 92 empresas de grade porte), e do Amazonas, com 13.122 unidades (9.558 microempresas, 2.792 pequenas empresa, 464 empresa de médio porte e 308 empresas de grade porte) são os destaques da Região.

Emprego

A existência desses empreendimentos implica na geração de um montante de emprego. No ano de 2006, 26.076.204 empregados formais foram registrados no Brasil, sendo 6.179.810 nas microempresas, 7.068.717 nas pequenas empresas, 3.946.190 nas empresas de médio porte e 8.881.487 nas empresas de grande porte.

A região Sudeste, por ser o lugar com maior número de empresas, é, também, onde se encontra 55,34% dos empregos, um total de 14.430.013 empregados (3.227.395 nas microempresas, 3.895.309 pequenas empresa, 2.225.401 nas empresas de médio porte e 5.081.908 empresas de grade porte).

A Região Norte registrou 1.039.494 empregos (215.024 nas microempresas, 294.202 nas pequenas empresas, 184.265 nas empresas de médio porte e 346.003 nas empresas de grande porte), destacando-se os Estados do Pará, gerando 436.043 empregos (84.694 nas microempresas, 124.255 nas pequenas empresas, 78.928 nas empresas de médio porte e 148.166 nas empresas de grande porte), do Amazonas, registrando 293.847 empregos (36.523 nas microempresas, 66.779 nas pequenas empresas, 59.276 nas empresas de médio porte e 131.269 nas empresas de grande porte) e de Rondônia, com 127.335 empregos (41.540 nas microempresas, 43.884 nas pequenas empresas, 17.624 nas empresas de médio porte e 24.287 nas empresas de grande porte).

Renda

O Anuário do Trabalho mostrou que, no ano de 2006, a renda distribuída para os 26.076.204 empregados brasileiros, 45,4% teve origem das empresas de grande porte, 23% das pequenas empresas, 17% das empresas de médio porte e 14,6% das microempresas, com uma remuneração média mensal, respectivamente, de: R\$ 1.429,00, R\$ 910,00, R\$ 1.208,00 e R\$ 663,00.

A Região Sudeste é a que mais se destaca em termos de remuneração média, visto que as empresas de porte grande pagam uma média de R\$ 1.615,00, a de médio porte R\$ 1.366,00, a pequena empresa R\$ 993,00 e a microempresa R\$ 713,00. Na Região Norte essas médias tem a seguinte configuração: grande empresa, R\$ 1.147,00, média empresa, R\$ 996,00, pequena empresa R\$ 760,00, e microempresa, R\$ 577. O Amazonas foi o Estado que alcançou a maior média em toda a Região, com valores superiores ao indicador regional: grande empresa, R\$ 1.250,00, média empresa, R\$ 1.220,00, pequena empresa R\$ 837,00, e microempresa, R\$ 670.

2.5.1.1 Avaliação dos Empreendimentos Econômicos Capitalistas do Brasil e Amazonas

O panorama descrito pelo Anuário mostra a existência de uma grande quantidade de micro e pequena empresa no Brasil, sendo que a maior parte concentra-se nas regiões Sudeste

e Sul. A região Norte possui a menor concentração desses portes, e a distribuição é menor no Estado do Amazonas, por ser o terceiro Estado nessa região.

A despeito da grande quantidade de micro e pequena empresa, essas só geram 51% do emprego da economia tradicional brasileira, sendo que a primeira gera 24% e a segunda 27% do total, percentuais inferiores a ocupação proporcionada pelas empresas de grande porte, que chegou a 34,06% dos empregos gerados em 2006.

O último indicador da pesquisa sobre as empresas brasileiras, a renda, mostrou que a média salarial mensal dos trabalhadores é maior, quanto maior o porte da empresa. É interessante notar que no Estado do Amazonas, o terceiro da região Norte em se tratando de quantidade de empresas e o segundo na geração de emprego, figura-se na unidade federativa nortista que melhor remunera os trabalhadores.

3. EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES) NO BRASIL³

A economia solidária, o por conseqüente dos empreendimentos econômicos solidários (EES), no Brasil tiveram suas primeiras aparições no início do século XX com 65 unidades de EES, entre as décadas de 1900 a 1950, com destaque para a região nordeste, registrando 32 unidades. Essa realidade veio crescendo nas décadas subseqüente, com um crescimento de 506,62% na década de 1980, saindo de 468 EES no final da década de 1970, para 2.371, no fim dos anos 1990.

O crescimento aumentou ainda mais na década de 1990, quando, em 1991, sindicatos assessoraram operários a controlarem as empresas falidas que o empregavam, resultando na criação da ANTEGA – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária (SINGER, 2003), e a marca de 10.925 EES, registrando uma variação de 460,77%.

Outro importante apoio foi o movimento da Ação da Cidadania contra fome, a miséria e pela vida, importante para a criação das ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, uma extensão das universidades para assessorar a formação de cooperativas (SINGER, 2003).

Os EES no Brasil tiveram origem na iniciativa de operários desempregados e excluídos do mercado de trabalho com intenção de ingressar no mercado de trabalho. Esse movimento ganhou força dos ideários da economia solidária: Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, vinculado a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e parceria com a UNITRABALHO; Cáritas, órgão do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o

³ As informações sobre os empreendimentos econômicos solidários presentes neste capítulo tem como fonte a pesquisa da Economia Solidária realizada pelo SENAES em 2007, disponibilizadas no site: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Fóruns Estaduais de Economia Solidária; e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES.

O esforço do movimento da economia solidária está sendo cada vez mais positivo, registrando em 2007 um total de 21.859, distribuídos de maneira disforme pelo território nacional, concentrado na região nordeste, com 43,45% (9.498 EES), e as demais regiões dividindo quase equitativamente os outros 46,45%: 17,90% no Sudeste, 16,39% no Sul, 12,15% no Norte e 10,11% no Centro-Oeste.

Os empreendimentos econômicos solidários do Brasil são fruto, na maioria, de movimento rural, por 48,31% dos EES brasileiros, e 5.941 dos EES nordestino, equivalente a 27,30% dos empreendimentos nacionais, atuam na zona rural. No entanto, nas regiões Sudeste e Sul, mais urbanizadas, os empreendimentos urbanos totalizam, 59,62% e 40,63%, respectivamente, configurando-se uma alternativa aos moradores desse perímetro.

Os empreendimentos econômicos solidários da zona rural e da zona urbana encontram-se organizados em três formas principais, dentre elas a associação é a principal, 59,19%, seguida pelos grupos informais, 29,12% e cooperativas 9,68%. Os grupos informais de EES são maior na região Centro-Oeste 33,62% e Sul, 32,32%, enquanto as cooperativas ganham destaque na região Sul, registrando 18,67%, e as associações registrando maior destaque no Nordeste, 64,78%.

As diversas formas apresentadas demonstram o caráter popular dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros e, por conseguinte, da economia solidária, induzindo a se pensar nessas unidades produtivas como alternativas ao modelo de ocupação e renda do sistema capitalista. Esse comportamento corrobora com a economia popular descrita por TIRIBA, 2001, na qual estão inseridas diversas estratégias de sobrevivência da população. Dentre estas, os EES brasileiros têm como principais motivos de criação, 2008: 1º. - alternativas ao desemprego, 2º. - fonte complementar de renda, 3º. - obter um rendimento maior que quando empregados, 4º. - desenvolver uma atividade onde todos são donos, 5º. - condição exigida para ter acesso a financiamentos outros apoios.

As experiências econômicas populares, como aponta TIRIBA, 2008, podem ou não está vinculadas aos movimentos populares, políticas públicas ou através de demais

organizações da sociedade civil. Por serem os EES uma dessas experiências econômicas populares, está sujeito a essa vinculação. O SENAES detectou em 2008 as seguintes entidades de apoio aos EES brasileiros, por ordem de importância: a) órgãos governamentais, b) sistemas “S”, como o SEBRAE, c) ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, entre outras, d) movimentos sindicais, como a Central Sindical e federações, e) cooperativas de técnicos e f) universidades, incubadoras e o UNTRABALHO.

Os apoios dado aos EES por essas entidades, segundo o SENAES, 2008, são, em primeiro lugar, qualificação profissional técnica e gerencial, seguida por assistência técnica e/ou gerencial, formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária) e assessoria na constituição, formalização ou registro, mostrando a preocupação dos empreendimentos em alcançar seu objetivo econômico, e depois fortalecer a motivação política pela qual foram organizados, bem como de estarem formalizados, ou seja, registrados.

3.1 O Perfil Econômico dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Brasil

Uma unidade econômica como o EES não deve ser estudada só pela sua origem, mas como o próprio nome já a define, um empreendimento econômico, torna-se evidente a necessidade de ser estudadas algumas características econômicas, como atividades, investimento, crédito, mão-de-obra, remuneração dos seus membros, faturamento e outras variáveis que as complementam.

O estudo dos empreendimentos econômicos solidários começa em se conhecer as principais atividades praticadas por eles. Dentre as atividades mais praticadas pelos EES do Brasil destaca as atividades de serviços relacionados com a agricultura, seguida pela de cultivo de outros produtos de lavoura temporária, pela de fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exceto vestuários, pelo de cultivo de cereais para grãos e pela de produção mista – lavoura e pecuária. Essa informação corrobora com a característica da maioria dos EES terem como área de atuação a rural.

As diversas atividades realizadas nos empreendimentos econômicos solidários brasileiros tiveram, entre os anos de 2005 a 2006, dois tipos principais de investimentos,

realizada por apenas 8.066: a) em capital físico, 4.480 EES investiram em equipamentos (57,26%) e infra-estrutura (42,74%); b) em recurso material, 2.456 EES ampliaram seus estoques de matéria-prima. Esses investimentos registraram um montante de R\$ 291.029.829,55, média de R\$ 36.081,06.

Dentre as regiões que mais investiram, em termos absolutos, na economia solidária destacam o Nordeste, com 3.242 empreendimentos investindo R\$ 104.415.964,78, 35,88% do montante nacional, média de R\$ 32.207,27, seguido pelo Sul, 1.549 empreendimentos investiram R\$ 86.637.269,59, 29,77% do montante nacional, média de R\$ 55.931,10, superior a média do Brasil, sendo a região que mais investiu na economia solidária em termos relativos. A Região Norte ficou em quarto lugar, atrás do Sudeste e seguida pelo Centro-Oeste, registrando investimento na casa de R\$ 32.432.272,54, 11,14% do aportado no Brasil, realizado por 947 empreendimentos, uma média de R\$ 34.247,38.

Os recursos dos empreendimentos não são oriundos apenas de investimentos, a história mostra outras formas dos sócios conseguirem-nos, podendo ser por doação de instituições de apoio ou ainda resultam do patrimônio das empresas que os empregavam (GAIGER, 2003). No Brasil, a maior parte dos recursos é de origem dos próprios sócios, através de capitalização ou cotas, seguida por doações, por empréstimos e/ou financiamentos, e alguns casos as atividades não exigiram aplicação inicial de recursos. Através desses dados percebe-se a proximidade do EES com os seus sócios, na medida em que a maioria dos empreendimentos, 15.470, declararam que seus recursos são provenientes deles.

No Brasil, quando os recursos dos empreendimentos não são de origem dos próprios sócios, nem de doações, eles são conseguidos por meio dos empréstimos e/ou financiamento, 4.440 EES. Nessa categoria de alocação de recursos, encontra-se o crédito, tendo como fins: investimento, custeio e investimento, e capital de giro; e como financiadores os bancos públicos, bancos privados, bancos do povo, ONGs ou OSCIPs, e cooperativas de crédito.

O crédito distribuído a 3.286 EES brasileiros no período de 2005 a 2006 alcançou a marca de R\$ 372.789.628,06, média de R\$ 113.447,85. Dentre as regiões com o maior nível de crédito à economia solidária, situa-se a Sul, em termos absolutos e relativos, na qual, 569 empreendimentos conseguiram crédito de R\$ 141.479.788,46, média de R\$ 248.646,38. A região Nordeste possui o maior número de empreendimentos que conseguiram créditos, 1.693, mas o montante de crédito situa-se em segundo lugar, R\$ 92.586.294,69, uma média de

R\$ 54.687,71, a 5ª. do país. A região Norte, teve 397 empreendimentos que conseguiram crédito no montante de R\$ 49.919.920,06, 4º. no Brasil, numa média de R\$ 125.742,87.

O montante do crédito para a economia solidária não foi maior uma vez que existem dificuldades na obtenção de créditos. Dentre as dificuldades encontradas pelos EES destaque-se: falta de apoio para elaborar projeto, taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento, falta de aval ou garantia, e o empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro. Essas barreiras ao crédito denotam o mecanismo do sistema econômico vigente de manter e aumentar o fosso social, por impedir que unidades econômicas de pouco capitais possam se expandir; e a incipiência da rede da economia solidária, de tal forma que este sistema de produção não possua ainda um mercado de crédito capaz de financiar os seus empreendimentos econômicos.

3.1.1 Características dos Fatores de Produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) Brasileiros

Os investimentos e os créditos são determinantes para criação e ampliação de unidades produtivas, e quando se trata delas, pensa-se em três fatores: capital – composta pelo espaço físico e equipamentos; matéria-prima; e mão-de-obra. No Brasil, 46% dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) possuem sede própria, 10.156, e 35,04% possuem sede cedida ou emprestada, 7.622. Outro dado importante a ser destacado diz respeito à propriedade dos equipamentos; 16.537 dos EES do Brasil afirmaram que estes são próprios, enquanto 829 declararam alugá-los e 343 arrendá-los.

A Região Norte é a região, dentre as demais, a possuir um percentual maior de empreendimentos com sede própria, 55% das unidades produtivas da região, contabilizando um total de 1.459 EES. No entanto, quando se trata dos equipamentos, a Região fica em quarto lugar, mesmo com os 79,50% empreendimentos econômicos solidários, 1.958, deterem a posse dos equipamentos.

O mapeamento da Economia Solidária do SENAES, 2008, completando os fatores componentes da unidade de produção, forneceu informações sobre a origem das matérias-primas dos EES brasileiros. A maior parte destas é comprada de empresas privadas, através

de, 13.697 EES. Outra fonte de destaque são as matérias-primas fornecidas pelos próprios associados, 6.187 EES, assim como as adquiridas por meio de doação, 4.642 EES.

O último fator constituinte das unidades produtivas é a mão-de-obra. No caso dos empreendimentos econômicos solidários, esse fator é um tanto especial, por ser o trabalhador ao mesmo tempo mão-de-obra e proprietário do estabelecimento. No entanto, a mão-de-obra envolvida nesses empreendimentos não se restringe aos sócios, existem também aqueles não associados que trabalham nos EES.

No Brasil, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) ocuparam 1.716.170 de pessoas, no ano de 2007, sendo 1.687.496 sócios e 28.674 não-sócios. Nesse contexto, a região nordeste é a que mais contribui com a ocupação na economia solidária, registrando um total de 657.925 pessoas ocupadas, 645.504 sócios e 12.421 não sócios, seguida pela região Sul do país, 547.839 pessoas ocupadas, 542.300 sócios e 5.539 não sócios.

A região Norte situa como terceira região em ocupação, 199.560 pessoas ocupadas, 195.721,00 sócios e 3.839 não sócios, valor abaixo comparado as duas outras regiões, em um total de 11,63% da ocupação nacional, contra 38,34% da participação nordestina e 31,92 da participação da região sul na ocupação gerada pelos EES do Brasil.

A ocupação gerada pelos EES, como em outras formas de empreendimento econômico, é composta tanto por homens como mulheres. Nos EES brasileiro, o número de homens, 1.057.114, é superior ao número de mulheres, 630.382, no entanto, é interessante observar que os empreendimentos brasileiros estão situados em três grupos distintos: formados somente por homens, formados somente por mulheres e formados por homens e mulheres. Nesse contexto, há registros de empreendimentos formados somente por mulheres, 3.875,00 unidades, maiores que por formados somente por homens, 2.053,00 unidades, porém a média de trabalhador por empreendimentos é menor no primeiro, 19,98 mulheres por empreendimento, do que no segundo, 50,41 homens por empreendimento.

A diferença de homens e mulheres nos EES brasileiros são menos desigual na Região Centro-Oeste, 57,04% homens e 42,96% mulheres, seguido pela região Nordeste, 59,10% homens e 40,90% mulheres e pela Região Norte, 60,50% homens e 39,50% mulheres.

Após ter apresentado os números físicos das ocupações, deve-se apresentar sua identificação financeira, ou seja, a remuneração daqueles que são sócios e não sócios. Os Empreendimentos Econômicos Solidários do Brasil remuneram seus sócios em cinco categorias distintas: a) até ½ salários mínimos, vigente em 38% dos empreendimentos, 4.117; b) entre ½ a 1 salário mínimo, 24% dos empreendimentos, 2.657; c) entre um e dois salários mínimos, 26% dos empreendimentos, 2.812; d) entre 2 a 5 salários mínimos, 10% dos empreendimentos, 1.043 e; e) maiores que 5 salários mínimos, 2% dos empreendimentos, 243. A soma das médias total dos salários recebidos pelos sócios corresponde à R\$ 3.628.646,80, R\$ 333,76 por sócios em cada empreendimento.

Os não sócios registrados na pesquisa estão distribuídos em cinco grupos: a) gerencia, assessoria, consultoria; b) administração, secretaria, contabilidade e finanças; c) manutenção e serviços gerais; d) representação comercial, vendas e comunicação; e) Produção; sendo a soma das médias salariais mensais dos trabalhadores das diversas categorias igual a R\$ 422,93, por trabalhador. Os sócios e os não sócios receberam, em 2007, uma soma de R\$ 3.629.069,73, R\$ 333,80 por trabalhador.

O empreendimento econômico solidário para ser solidário não pertence a uma única pessoa, ou grupo de pessoas, mas a toda uma comunidade, sendo um dos indicadores a repartição das sobras, correspondente aos lucros nos empreendimentos capitalistas. Em 2007, no Brasil, os EES dividiam da seguinte forma suas sobras: a) Fundo de Investimento, b) Fundo de Reserva; c) Distribuição entre os sócios; d) Fundo de Solidariedade; e) Integralização de Capital; f) Fundo de Assistência Técnica e Educacional, seguindo o modelo proposto por Paul Singer.

Neste contexto, os fundos mais praticados pelos EES do Brasil são o Fundo de Investimento, 3.775 empreendimentos, seguido pelo fundo de reservas, 3.294 empreendimentos, e distribuição entre os sócios, 2.799 empreendimentos. Em último lugar encontra-se o Fundo de Assistência técnica e Educacional, 181 empreendimentos. A Região Norte segue a tendência nacional.

3.1.2 Comercialização

A produção é totalmente realizada quando o produto é efetivamente vendido. Como se dá a comercialização na esfera dos Empreendimentos Econômicos Solidários foi um dos questionamentos da SENAES no mapeamento da economia solidária. Foram elencadas seis variáveis: a) divulgação; b) destino; c) local de destino; d) espaços de comercialização; e) dificuldades na comercialização e; f) faturamento.

Os empreendimentos econômicos solidários do Brasil não podem ser considerados como unidades produtivas de subsistência, ou seja, cujos produtos são consumidos pelos próprios produtores, uma vez que a maioria dos empreendimentos destina sua produção para venda, 14.451, contra 795 empreendimentos que destinam sua produção exclusivamente para o autoconsumo dos sócios, e 1.230 trocam os seus produtos e/ou serviços.

A Região Sudeste é a região com o maior índice de empreendimentos econômicos solidários no Brasil, cuja produção é destinada à venda, 81,74% dos empreendimentos, seguida pela região sul, 72% dos empreendimentos, e pela região Norte, 71,30%. A região Nordeste, apesar de em termos absolutos possuir o maior número de empreendimentos cuja produção é destinada à venda, em termos relativos situa-se em último.

A produção dos EES brasileiros, em 2007, tem como local de destino, principalmente, o mercado local/comunitário, 58% dos empreendimentos, 12.695, e o mercado municipal, 53% dos empreendimentos, 11.585. Um total de 11.246 empreendimentos, 53% do total nacional disse destinar sua produção para o mercado micro regional (50% desse total), mercado estadual (32% desse total), mercado nacional (13% desse total) e para exportação (4% desse total).

As Regiões Norte e Sudeste, relativamente, possuem o meso percentual de empreendimentos que destinam sua produção para o mercado comunitário ou local de 63%, e para o mercado municipal, 53%. Nos demais mercados participam 45% dos EES da região Norte, desse total, 6% exporta seus produtos (maior percentual do Brasil), 36% vendem para o mercado estadual, 13% no mercado nacional e 45% para o mercado micro-regionais.

A comercialização dos produtos dos EES foi realizada em cinco espaços principais, tais como: a) entregam direta a clientes, 12.514 empreendimentos; b) feiras livres, 7.935; c) feiras e exposições eventuais/especiais, 5.415; d) lojas ou espaços próprios, 5.276 e; e) espaços de vendas coletivos (centrais de comercialização), 2.026 (SENAES, 2008). A Região

Norte, possui 1.505 EES fazendo entrega direta ao cliente, 1.100 comercializando em feiras livres, 679 em lojas ou espaços próprios, 657 em feiras e exposições eventuais/especiais, e 193 participam de espaços de venda coletivo (centrais de comercialização).

Nesta perspectiva, vale ressaltar como é feita a divulgação dos empreendimentos econômicos solidários e, conseqüentemente, dos seus produtos. A grande maioria dos EES brasileiros, 11.995 unidades, faz divulgação boca a boca, e essa é a mesma realidade nas cinco regiões do Brasil: 1.481 EES na Região Norte, 4.947 no nordeste, 1.006 no Centro-Oeste, 2.656 no Sudeste e 1.905 no Sul.

O reflexo dessa divulgação proporcionou a 15.105 empreendimentos econômicos solidários situados no território nacional o faturamento mensal total de R\$ 653.029.449,45, uma média mensal de R\$ 43.232,67 por empreendimentos. A pesquisa realizada pela secretaria do Ministério do Trabalho, SENAES, publicada em 2008, dividiu os EES em seis diferentes faixas de faturamento mensais: a) até R\$ 1.000, 24% dos empreendimentos, 3.628, totalizando R\$ 1.888.534,99, uma média de R\$ 520,54 mensais por EES; b) de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00, 36% dos empreendimentos, 5.412, faturando um total de R\$ 13.489.199,68, média de R\$ 2.492,46 mensais por unidade de produção; c) de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00, 13% dos EES, 2.031, em um total de R\$ 14.551.018,35, média de R\$ 7.164,46 mensais por empreendimento; d) de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00, 18% do total, 2.789 das unidades produtivas, faturamento igual a R\$ 61.387.900,66, média mensal por EES de R\$ 22.010,72; e) de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00, no qual participam 522 EES, 3% dos empreendimentos que faturaram, em um total de R\$ 36.722.203,36, média mensal de R\$ 70.349,05 por unidade de produção; f) Mais de R\$ 100.000,00, 5% do total, 723 EES, auferindo R\$ 524.990.592,41, e uma média mensal de R\$ 726.128,07 por empreendimento.

A região Sul é, dentre as regiões do Brasil, aquela com maior faturamento, seja o total, R\$ 207.291.773,21, quanto na média R\$ 90.126,86, e na qual 10,22% EES dos faturam estão na faixa de mais R\$ 100.000,00, média anual de R\$ 9.525.314,64 por empreendimento situado nessa faixa. Na Região Norte, os EES produziram, em 2007, um faturamento mensal total de R\$ 111.798.550,79, registrando uma média mensal de R\$ 60.203,85 por EES, valor inferior somente ao da Região Sul.

O valor bruto da produção da Economia Solidária no Brasil não foi maior no ano de 2007, por enfrentarem algumas dificuldades na comercialização, como: a) falta de capital de

giro, 4.413,00 reclamações; b) demanda insuficiente para seus produtos, 3.170,00 EES; c) dificuldade de manter regular o fornecimento, 2.373,00 unidades; d) preços inadequados aos seus produtos, 2.191,00 empreendimentos; e) Transporte/estradas, 2.005,00 reclamações.

Na região Norte, dentre as dificuldades na comercialização, estão: a) falta de capital de giro, registrada por 628 empreendimentos, b) demanda insuficiente, reclamada por 368 unidades, c) dificuldade em manter o fornecimento, 367 EES; d) transporte/estradas, 327 unidades do total; e) falta de registro legal para comercialização, 254 empreendimentos, assemelhando com as dificuldades brasileiras.

a. Empreendimento Econômico Solidário do Brasil, Capital Social e Bem-Estar

A última parte que cabe discutir, sobre os empreendimentos econômicos solidários brasileiros, refere-se à relação dos mesmos com a formação, desenvolvimento ou realização do capital social, assim como sua relação com o bem-estar social, gerada não só pela geração de ocupação e renda, mas também pela preocupação com a qualidade dos seus produtos e a destinação do seu lixo.

Uma das características dos empreendimentos econômicos solidários, que o diferenciam das empresas capitalistas, é a sua forma de gestão, denominada auto-gestão (SINGER, 2001). Essa forma de administrar o empreendimento torna-se um importante para a constituição e ampliação do capital social dos seus sócios, ao mesmo tempo em que necessita deste tão valioso insumo para se constituir, uma vez que Capital Social nada mais é do que a confiança existente entre as pessoas e destas nas instituições, e quanto maior for o contato entre as pessoas, consolidando esta confiança, maior será o estoque de capital social das instituições, e da sociedade como um todo (BAQUERO, 2006).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários situados no Brasil possuem direção composta pelas seguintes instâncias: a) assembléia de sócios ou reunião coletiva de sócios, praticada por 16.713 empreendimentos, b) diretoria, conselho diretor ou coordenação, presente em 13.298 unidades, c) conselho fiscal, 11.033 empreendimentos, d) grupos de trabalho, comissões ou núcleos, em 5.887 unidades, e) conselho administrativo, praticados em

3.989 empreendimentos, f) conselho consultivo, 1.267 EES e, g) comissão ou conselho de ética, em 679 unidades.

As direções dos EES nas diversas regiões não diferem da realidade brasileira. A assembléia geral, ou reunião coletiva dos sócios, instância mais importante, por ser ali que são tomadas as decisões mais importantes dos empreendimentos, está presente em 76% dos empreendimentos do Brasil, realizada mensalmente por 63% dos empreendimentos, 10.535 unidades. Essa entidade encontra-se em 76% dos EES da Região Norte, 81% do Nordeste, 77% do Sul, 72% no Centro-Oeste e 67% do Sudeste, realizada mensalmente pela maioria.

Os empreendimentos econômicos solidários do Brasil, como se apresentam acima, seguem seu princípio de autogestão e possibilitam a integração de seus integrantes, uma vez que além da maioria dos EES possuem assembléia geral, ou reunião coletiva dos sócios, esta ocorre mensalmente na maioria das unidades. No entanto, essa forma de gestão só é válida quando há o envolvimento dos seus membros nas suas decisões.

A participação dos sócios foi muito intensa em 2007 e deu-se através de sete formas:

- a) Eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios (as), 68% dos EES brasileiros, 14.844 unidades;
- b) Prestação de contas aos (às) sócios(as) em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as), em 13.562,00 empreendimentos, equivalente a 62% do total;
- c) Acesso aos registros e informações do empreendimento, presente em 12.996 unidades, 59% dos empreendimentos;
- d) Participação nas decisões cotidianas do empreendimento, em 56% dos EES, equivalente a 12.290;
- e) Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as), 48% da totalidade, 10.401 empreendimentos;
- f) Plano de trabalho definido em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as), 41% das unidades econômicas solidárias, num total de 9.029 empreendimento;
- g) Contratações e remunerações definidas em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as), não muito presente nos EES brasileiros, presente em apenas 13% dos mesmo, ou seja, 2.881 empreendimento.

A região Norte segue a tendência nacional, sendo a eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios (as) de maior frequência, 62% dos EES, 1.641 desses. No entanto, como podem ser percebidos, apesar de acompanhar os empreendimentos econômicos solidários do resto do Brasil, os valores relativos das demais formas de participação é inferior a este.

O Capital Social da instituição não se forma unicamente dentro da mesma, mas também através da interação dos diversos empreendimentos econômicos solidários entre si e entre a comunidade a qual pertence. Nesta perspectiva, podem-se verificar três direções nesta relação, quais sejam: a) relação inter-empresários e desses com outras instituições; b) participação dos EES em movimentos sociais e; c) participação em ações sociais ou comunitárias.

A rede da economia solidária no Brasil, como dita anteriormente, é muito fraca, isto é visível no mapeamento de 2007, no qual apenas 3.240 dos EES, 15% das unidades brasileiras, participam do Fórum ou Rede de Economia Solidária, realidade parecida na região Norte, em que 9% dos empreendimentos nortistas, 249, participam desta instância.

Outro importante aspecto a ser ressaltado é a relação dos EES com outros organismos que participam e colaboram com a economia solidária. Assim, em 2007, verificou-se uma fraca cooperação entre elas, uma vez que dos 21.859 EES brasileiros, apenas 1.145, 5%, trabalha com ONGs, Igrejas, Pastorais ou Fundações, e 1.069, 5%, participam de conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas. Esta realidade é ainda pior na Região Norte, onde 4,5% dos empreendimentos, 120 unidades, trabalham com a primeira, e 4,14%, 110 EES, participam da segunda.

A interação dos empreendimentos econômicos solidários não é fraca somente entre eles e outras instituições de apoio à economia solidária, mas também em relação aos movimentos sociais. No Brasil, somente 30% dos EES brasileiros, ou seja, 6.647 participam dos movimentos sindicais urbanos ou rurais, enquanto 24%, um total de 5.340 empreendimentos, participam de movimentos comunitários. Essa realidade é parecida na Região Norte do país, onde 29,52%, 784, dos seus empreendimentos participam do primeiro movimento, enquanto 23,76%, 631, dos EES nortistas integram o segundo.

As participações das unidades econômicas solidárias brasileiras nesses movimentos são principalmente em busca de melhoria na educação, 29%, 6.408 dos empreendimentos; proteção do meio ambiente, 26%, 5.601 EES; melhoria na assistência à saúde, 25%, 5.373 unidades; e por melhorias nas condições do trabalho, 21%, 4.566 destes. Na região Norte há um predomínio maior pela reivindicação por melhorias na Educação, 32,94%, 875 EES.

3.2.1 Qualidade dos Produtos e Preocupação com o Lixo

Outro aspecto dos empreendimentos relacionado ao desenvolvimento, além da geração de ocupação, renda e capital social, situa-se na sua preocupação com a qualidade dos seus produtos, seu produto e com o lixo gerado pela produção e consumo desses.

A preocupação com a qualidade do produto da economia solidária pode ser analisada sob a luz das variáveis apontadas pelo SENAES em seu mapeamento, quais sejam: a) Preços dos produtos e/ou serviços facilitam o acesso aos (às) consumidores (as), preocupação presente em apenas 36% dos empreendimentos brasileiros, 7.904 unidades; b) Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, em 32% dos EES do Brasil, 7.071 empreendimentos; c) Informações dos produtos e/ou serviços aos (às) consumidores (as), praticada por 27% desses, 5.812 EES; d) Incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo, 23% do total, 5.049 unidades produtivas; e) Qualificação e qualidade do produto e/ou serviço, presente em apenas 16% dos EES, num total de 3.517 desses.

A fraca preocupação dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros com a qualidade dos seus produtos não é diferente nos EES da Região Norte, dos quais apenas 36% desses preocupam-se com o preço, 32% com a oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, 26% em fornecer informações aos consumidores a cerca dos seus produtos, 21% com o comércio justo e 17% com a qualificação ou qualidade dos seus produtos.

A preocupação com o lixo nesses estabelecimentos também não é muito diferente. Em 2007, foi registrada pouca preocupação dos empreendimentos econômicos solidários do Brasil com a questão do lixo. No entanto, torna-se mister destacar que 7.121 EES brasileiros, ou seja, 33% do total reaproveitam seus os resíduos na própria produção, e 5.368 empreendimentos, 25% dos EES do Brasil, fazem a coleta do lixo normal.

O lixo, na Região norte, é tratado com menos importância do que no resto do país. Dos 2.656 empreendimentos nortistas, apenas 26% (683) destes reaproveitam o seu lixo, sete pontos percentuais a menos que o todo nacional. Por outro lado, a coleta de lixo normal, segundo tratamento mais expressivo, equivale a 22% (589) dos EES nortistas.

a. Perfil dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

O Brasil, no início do século XX, presenciou a aparição das primeiras unidades produtivas com base na economia solidária, presentes principalmente na região nordeste do país, com evolução lenta, por muitas vezes tímida. Mas, com a crise da economia nacional em 1980 e a abertura comercial na década de 1990, os Empreendimentos Econômicos Solidários obtiveram um forte crescimento, saindo da marca de 468 unidades, no final da década de 1970, para totalizarem 21.859 EES, no ano de 2007.

A organização econômica apresentada configura-se como alternativa dos desempregados e dos brasileiros de baixa renda, que vêem os EES do Brasil como alternativa ao desemprego, fonte complementar de renda e/ou alternativa aos rendimentos obtidos nas empresas capitalistas. Nessa perspectiva, uma de suas características é sua predominância na Zona Rural, 48,32% do total nacional.

O movimento popular, por muitas vezes, ganha força e pode ser consolidado por meio da ajuda da participação de organismos de apoio, que no caso dos EES brasileiros, ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, entre outras, movimentos sindicais, como a Central Sindical e federações, cooperativas de técnicos e universidades, incubadoras e o UNITRABALHO.

A crise da economia brasileiras nas duas últimas décadas do século XX, mais o fortalecimento da democracia, visível nas instituições de apoio dos empreendimentos econômicos solidários, propiciaram um rápido crescimento desses nos últimos trinta anos, proporcionando, em 2007, a 1.716.170 pessoas, das quais 1.687.496 sócios (sendo o número de homens maior do que de mulheres, 1.057.114 e 630.382 respectivamente), e 28.674 não-sócios, ocupação com remuneração de R\$ 3.629.069,73, uma média mensal de R\$ 333,80 por trabalhador em cada empreendimento.

A possibilidade da ocupação e renda gerada pelos EES dar-se pela capacidade deles sobreviverem, ou seja, dos empreendimentos possuírem faturamento, e deste possibilitar o pagamento dos custos. No caso brasileiro, em 2007, somente 15.105 unidades econômicas solidárias conseguiram receita mensal total de R\$ 653.029.449,45, uma média de R\$ 43.232,67 por empreendimentos.

O faturamento auferido não só foi responsável pela sobrevivência dos EES, e de renda aos seus membros, mas também possibilitou, para alguns empreendimentos, alguma forma de fundo - Fundo de Investimento, Fundo de Reservas; e distribuição entre os sócios, realizando, assim, uma das características dos empreendimentos econômicos solidários.

A receita dos EES brasileiros poderia ter sido melhor, se não fossem algumas dificuldades na comercialização, tais como falta de capital de giro, demanda insuficiente para seus produtos, dificuldade de manter regular o fornecimento, preços inadequados aos seus produtos, Transporte e ou estradas.

As dificuldades apresentadas derivam não somente das barreiras impostas às unidades econômicas de micro ou pequeno porte, mas também pela existência de uma fraca rede entre elas e um baixo capital social. A economia solidária ainda é recente no Brasil, se comparada com o sistema capitalista, portanto, precisa da união de todos aqueles que a compõem e lutam para o seu desenvolvimento (setores da sociedade civil e das diversas esferas do governo, sindicatos, EES e a comunidade, maior beneficiária, considerando o pensamento de SINGER, 2008) no intuito de vencer as barreiras impostas pelo modo de produção dominante (de cunho econômico, ideológico e social), não deixando, como apresentou TIRIBA, 2001, as unidades produtivas serem somente uma alternativa ao desemprego e renda, mas, sim, uma alternativa ao próprio sistema.

4. PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO AMAZONAS⁴

A trajetória da Economia Solidária no Amazonas tem registro na segunda metade do século XX, com registro de nove unidades entre 1950 a 1970. Esses números só aumentaram nas décadas seguintes, e entre as décadas 1980 e 1990 os EES no Amazonas tiveram um salto de oito, entre 1971 e 1980, para 27, um aumento de 337,5%. Tal crescimento foi contínuo nas últimas duas décadas, 574%, 1991-2000, e 167,74, 2001-2007.

A pesquisa do SENAES realizada em 2007 detectou a existência de 461 empreendimentos econômicos solidários, dos quais 141 30%, desses encontram-se na zona rural, enquanto 200, 43,38%, das unidades produtivas atuam na zona urbana, caracterizando, portanto, como um movimento urbano. Essa realidade é complementada pelo fato de que 82 dos EES estejam em Manaus, enquanto existem 379 espalhados no interior, mostrando um exemplo de como os empreendimentos contrastam com o atual modelo de desenvolvimento, que atrai investimento e mão-de-obra para Capital e esvazia o interior.

As motivações dos empreendimentos econômicos solidários do Amazonas seguem uma tendência nacional, ao apresentar 293, 63,56%, dos EES terem surgido como alternativa ao desemprego; 215, 46,64%, unidades produtivas solidárias, serem uma fonte complementar de renda para os associados; e 140, 30,37%, do total, acreditam obter maiores ganhos em um empreendimento.

Os empreendimentos econômicos solidários amazonenses, quando se considerando sua forma de organização, são caracterizados como associações, isto porque 46,42%, 214, dos EES são assim registrados na lei. Por outro lado, 38,82%, 179, são grupos informais, ou seja,

⁴ As informações sobre os empreendimentos econômicos solidários presentes neste capítulo tem como fonte a pesquisa da Economia Solidária realizada pelo SENAES em 2007, disponibilizadas no site:<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=AM>

não contabilizadas pelas estatísticas formais da economia, mas representando ocupação e renda para centenas de pessoas.

As unidades produtivas da economia solidária do Amazonas, que representa formal ou informalmente ocupação e renda para os seus participantes, seja na área urbana ou rural, recebem o apoio dos órgãos governamentais que dá apoio a 163, 35,36%, empreendimentos, dos Sistemas “S”, 79, 17,14%, EES, e do conjunto de entidade da sociedade civil organizada (ONGs, OSCIPs, Igrejas, Associações e Conselhos Comunitários), 72, 15,62%, do total.

O apoio recebido por esses EES dá-se preferencialmente na área de qualificação profissional, técnica e gerencial, envolvendo 144, 31,24%, unidades, seguida por assistência técnica e/ou gerencial, 115, 24,95%, empreendimentos, e em terceiro lugar encontra-se na assessoria na constituição, formalização ou registro, 50, 10,85%, do total.

O quadro apresentado indica uma tendência brasileira, porém, no Amazonas importa mais o registro do que aprender realmente sobre o funcionamento da ética da economia solidária, situado no quarto lugar no apoio recebido em 10,42% EES amazonense

4.1. A Estrutura Econômica dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Amazonas

A discussão da geração de ocupação e renda nos EES no Estado não pode ser diferente da apresentada no capítulo anterior, quando a situação das unidades produtivas solidárias brasileiras fora abordada, ou seja, deve ser tratada, dentre outros assuntos, sob a estrutura física, o financiamento, o faturamento, a distribuição deste no estabelecimento, e, finalmente, o número de participantes.

Nesse contexto, os empreendimentos econômicos solidários amazonenses possuem duas situações em relação à propriedade da sede, tais como: 189, 41%, das unidades são proprietários da sede, enquanto 183, 39,70%, estão estabelecidos em local cedido ou emprestado. Os outros 20% restantes ou não possuem sede, ou estão sediados em ambientes alugados, arrendados ou ocupados.

A existência dos EES, em sede própria ou não, é cristalizada em diversas atividades econômicas. No Estado do Amazonas, estas unidades produtivas trabalham principalmente nos seguintes ramos: a) fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis (50 unidades); b) cultivo de outros produtos de lavoura temporária (39 EES); c) cultivo de outros produtos de lavoura permanente (38 empreendimentos); d) fabricação de artefatos de cordoaria (32 do total); e) confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes (29 unidades).

O faturamento dos EES amazonenses no ano de 2007 foi realizado por somente 359 unidades, totalizando, mensalmente, R\$ 14.386.890,53, média de R\$ 40.074,90 por empreendimento . Neste contexto, a secretaria apontou que 94% dos apresentaram faturamentos variando de R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00. O restante 6% faturaram mais de R\$ 100.000,00, uma média de R\$ 484.500,60 por empreendimento econômico solidário.

O faturamento é o produto da quantidade pelo preço do produto. Portanto, para que ele exista é necessário uma produção. Esta só é possível, além do próprio trabalho, de recursos materiais e/ou financeiros. Os EES amazonenses são originários principalmente dos sócios, por meio de capitalização ou cotas, 352 empreendimentos, seguido por doações, 129, e por empréstimos e/ou financiamento 56. Os recursos, cuja maioria é dos próprios sócios e de doação, mostra o esforço dos pobres para sobreviverem.

A outra parte dos recursos, o crédito, utilizados por 12,15% dos EES, tem os seguintes destinos: a) investimento, em 33 unidades; b) custeio e investimento, 16 empreendimento; c) custeio, presente em apenas 07 do total. Esses são proveniente 42,86% de bancos públicos, o restante é oriundo de outras fontes, banco do povo, bancos privados, ONG ou OSCIP, outras instituições financeiras e cooperativas de crédito, totalizando um montante de R\$ 7.910.416,23, média de R\$ 141.257,43.

O índice baixo de EES que conseguiram crédito deve-se às seguintes dificuldades: a) falta de apoio para elaborar projeto, 138, 29,93%, dos empreendimentos; b) o empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro, 120, 21, 03%, unidades; c) falta de aval ou garantia, 83, 18%, do total.

Os recursos reunidos pelos sócios servirão para, no ano de 2006, 192, 41,65%, empreendimentos, fazerem os seguintes empreendimentos, pela ordem de importância: a)

equipamentos, 91 EES; b) infra-estrutura física, 88 EES; c) ampliação de estoques de matérias-primas, 65 EES; d) capacitação de mão-de-obra, 41EES. Para tanto gastaram um valor global de R\$ 6.904.347,03, uma média de R\$ 35.960, 14.

As características, em 2007, dos equipamentos e matérias-prima dos empreendimentos econômicos solidárias foram as seguintes: 82%, 378, das unidades possuem equipamentos próprios, enquanto os outros 18% restantes, seus equipamentos ou foram cedidos, emprestados, alugados ou arrendados; do lado da matéria-prima, estas são provenientes de empresas privadas, em 233, 50,54%, dos EES; de associados, em 162, 35,14%, unidades; e de doações, em 93, 20,17% dos empreendimentos.

A parte mais importante da produção, o trabalho, nos empreendimentos econômicos solidários amazonenses, pode ser medido em duas perspectivas: geração de ocupação e renda. Os EES, como visto anteriormente, podem ser agrupados em três grupos, em si tratando do gênero dos sócios: que são formados exclusivamente por homens, aqueles formados exclusivamente por mulheres, e aqueles formados por membros de ambos os sexos. No âmbito dos empreendimentos formados só por mulheres, 19,95% dos empreendimentos, 92, contabiliza-se uma ocupação de 2.289 mulheres, já os empreendimentos exclusivos de homens, 10,62%, 49, tem-se uma ocupação de 1.544. Em si tratando dos empreendimentos composto por membros de ambos os sexos, 69,41%, 320 unidades, chegam a ocupar uma média 95 pessoas por empreendimento, totalizando 12.441 mulheres e 20.190 homens. Assim os EES, apesar de possuírem um número grande de empreendimentos formados só por mulheres, elas representam apenas 36,40% da população dos EES, 12.441, enquanto os homens são a maioria com um aporte de 21.734, 63,60%, constituindo um total de 34.175 ocupações, uma média de 74 pessoas ocupadas por EES.

O montante de ocupação direta dos EES, formada pelos sócios, é complementada por 1.602 ocupações indiretas, constituída por 921 mulheres, 57,49%, e 681 homens, 52,51%, não-sócios, uma média de 14 não-sócios ocupados por EES, média maior que a nacional, assim como a participação das mulheres é maior no âmbito estadual, assim os EES ocupam, direta e indiretamente, cerca de 35.777, num total de 13.362 mulheres e 20.871 homens, contabilizando uma média de aproximadamente 77,60 trabalhadores por EES, ficando abaixo da média nacional de 79.

A remuneração dos sócios foi de R\$ 109.992,19, média de R\$ 238,59 por sócio dos 304 empreendimentos que possibilitam remuneração aos seus sócios. Vendo por outra perspectiva, 12,80%, ou 59, empreendimentos, só conseguiram remunerar menos de meio salário mínimo⁵, média de R\$ 85,97 por EES; 24,08%, 111 empreendimentos, remunerou de um a dois salários mínimos, média de R\$ 398,17 por EES, e 19,31% dos empreendimentos, remunerou de ½ a um salário mínimo, média de R\$ 223,79 por EES.

O faturamento dessas unidades econômicas, além de pagar os diversos custos, poderia possuir os seguintes destinos como sugeriu e caracterizou a SENAES, 2006 no Mapeamento da Economia Solidária: a) Fundo de Investimento, b) Fundo de Reservas c) Distribuição entre sócio, d) Fundo de Solidariedade, e) Integralização de Capital, f) Fundo de assistência Técnica e Educacional. Os três primeiros destinos são os preferidos pelos empreendimentos, 84, 51 e 49 empreendimentos respectivamente, o que possibilita uma ampliação futura ao empreendimento, uma proteção a eles perante crises externas e internas, e a possibilidade de remunerar seus sócios.

A receita só existirá, se houver comercialização. Neste sentido, no Amazonas, no ano de 2007, 347, 75,27%, dos empreendimentos comercializam sua produção, enquanto os outros 25% dos empreendimentos, ou têm sua produção trocada, ou esta é destinada ao autoconsumo dos sócios.

A comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários amazonenses, quando ocorre, são destinados principalmente ao comércio local ou comunitário, 332 empreendimentos; ao mercado ou comércio municipal, 196 unidades e; ao mercado ou comércio estadual, em um total de 81 EES.

A venda dos produtos da economia solidária no Amazonas, tanto no mercado local, quanto nos outros mercados, se faz principalmente através da entrega destes diretamente aos clientes, seguido pelas feiras livres, feiras e exposições eventuais/especiais, e em lojas ou espaços próprios, praticados por 247, 179, 149 e 131 empreendimentos respectivamente.

O faturamento dos empreendimentos amazonenses não encontrou um número mais expressivo, visto que 304 EES reclamaram por dificuldades na comercialização, queixando,

⁵ Salário Mínimo do ano de 2005, equivalente a R\$ 300,00.

principalmente, de falta de capital de giro nas vendas a prazo; insuficiência de demanda, problemas com o transporte ou das estradas e falta de registro legal para comercialização, em 91, 81, 70 e 56 das unidades produtivas.

4.2 Empreendimento Econômico Solidário do Amazonas e o Capital Social

A direção dos EES amazonenses são formadas por cinco principais instâncias: a) assembléia de sócios ou reunião do coletivo de sócios, 78,09% das unidades; b) diretoria, conselho diretor ou coordenação, 53,36% do total; c) conselho fiscal, 43,17% dos empreendimentos; d) grupos de trabalho, comissões ou núcleos, 23,43% EES e; e) conselho administrativo, 21,48% do todo.

A assembléia geral, ou reunião coletiva de sócios, nos empreendimentos do Amazonas, ocorre, principalmente mensalmente, assim é em 231 dos EES. Outros períodos de realização desta instância também ocorrem, mas sua freqüência dentre os empreendimentos é diminuta se comparada a primeira em relação ao todo, ou seja, ela ser semanal ou quinzenal, bimestral ou trimestral, anual ou mais de um ano, ou semestral, situam-se na faixa de 16,91% dos EES, no primeiro caso, à 7% no último caso.

A participação dos sócios nas decisões dos empreendimentos é muito intensa, apresentando no Estado os seguintes valores: a) participação nas decisões cotidianas do empreendimento, em 304 EES; b) prestação de contas aos sócios em assembléia geral/reunião coletiva de sócios, 281 EES; c) acesso aos registros e informações do empreendimento, 256 EES; e) eleição da diretoria em assembléia geral/reunião coletiva de sócios, 252 EES; f) plano de trabalho definido em assembléia geral/reunião coletiva de sócios, 252 EES; g) decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia geral/reunião coletiva de sócios, 244 EES.

Dentre da participação em rede ou fórum de articulação 35 dizem participar do Fórum ou Rede de Economia Solidária, seguida pelos Movimentos Sociais e/ou sindicais, na qual participam um total de 20 empreendimentos e 30 empreendimentos participar articulados com ONGs, Igrejas, Pastorais e Fundações.

A outra participação dos EES se trata do exercício do próprio como instrumento dos seus membros não só como sobrevivência econômica, mas também como a busca de autoafirmação desses. Nesse caminho os EES participam em Movimentos Sociais ou Populares, em sua maioria essa participação é registrada nos movimentos sindicais urbanos ou rurais, 77 empreendimentos, precedido pelos movimentos comunitários, 176 e em terceiro lugar movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 64.

O último movimento no qual os EES participam, coloca-o mais íntimo com as comunidades, é o que foi denominado de Ação Social ou Comunitário. Nesse sentido, é no sentido pró Educação que os EES mais participam um total de 168, seguido das questões de Trabalho, registrando a presença de 135 empreendimentos, ficando ao em terceiro lugar os de pró à saúde, com a participação de 134 EES.

Outra importante variável da relação dos empreendimentos econômicos solidários com a comunidade, ou sociedade, e assim possibilitar maior capital social, encontra-se na preocupação deles com a qualidade dos produtos e com resíduos provocados pela produção.

No primeiro caso, a pesquisa detectou que os preços dos produtos são a principal preocupação dos empreendimentos, ocorrendo em 218 desses. Esta preocupação é seguida pela informação dos produtos, oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo, qualificação e qualidade do produto, presenciados em 193, 131, 105, 101 EES respectivamente.

Os resíduos provocados no processo produtivo e na comercialização dos bens da economia solidária no Amazonas são tratados de duas maneiras, principalmente, pelos empreendimentos econômicos solidários do Estado: a) reaproveitamento dos resíduos, em 179, 38,38%, dos EES e; b) coleta de lixo normal, em 176, 38,18% dos EES.

4.3. Empreendimento Econômico Solidário, alternativa de ocupação e renda para o Amazonas

A economia solidária no Estado, cuja história inicia na metade do século XX, apresenta-se em 461 empreendimentos, equivalendo uma participação ínfima na composição

do mapa de EES do Brasil com apenas 2,11% do total, em 2007, ano no qual foi apresentado o maior registro de unidades produtivas solidárias no Amazonas.

Os empreendimentos econômicos solidários podem ser classificados como parte da economia popular, tanto por serem considerados, a maioria, 66,30% dos EES, como microempresas, surgidas por serem essas uma alternativa ao desemprego e uma fonte complementar de renda, corroborando com TIRIBA, 2001.

Em termos econômicos obtive um faturamento equivalente à 2,20% do produto da economia solidária brasileira, 12,% da Região Norte do país, chegando a um montante de R\$ 14.386.890,53. Esse valor, como fora destacado, teve origem pela venda de seus produtos, principalmente ao comércio local ou comunitário e ao mercado municipal, mostrando, assim, o caráter local dos EES amazonenses.

Ainda se tratando da renda, torna-se relevante destacar a renda mensal proporcionada aos seus sócios no ano de 2007, equivalente à 3,03% da remuneração auferida pelos participantes no Brasil, e a 28,63% da Região Norte, numa média por empreendimento bem menor de que ambas as regiões, e ocupam um montante correspondente à 1,36% do total nacional e 11,69% da Região Norte, a maioria homem.

O Capital Social nos EES amazonenses, bem como no Brasil e na Região Norte, é fraco, sendo, portanto, como aponta BAQUERO, 2006, uma dificuldade ao seu desenvolvimento, principalmente se pensando na economia solidária cuja instituição primordial é a comunidade (SINGER, 2008), ou seja, o coletivo.

5. OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NAS SUB-REGIÕES⁶

O Amazonas é formado por nove Sub-Regiões: Alto-Solimões, Juruá-Solimões-Juruá, Purus, Juruá, Madeira, Alto Rio Negro, Rio Negro-Solimões, Médio Amazonas, Baixo Amazonas, como mostra a figura a seguir.

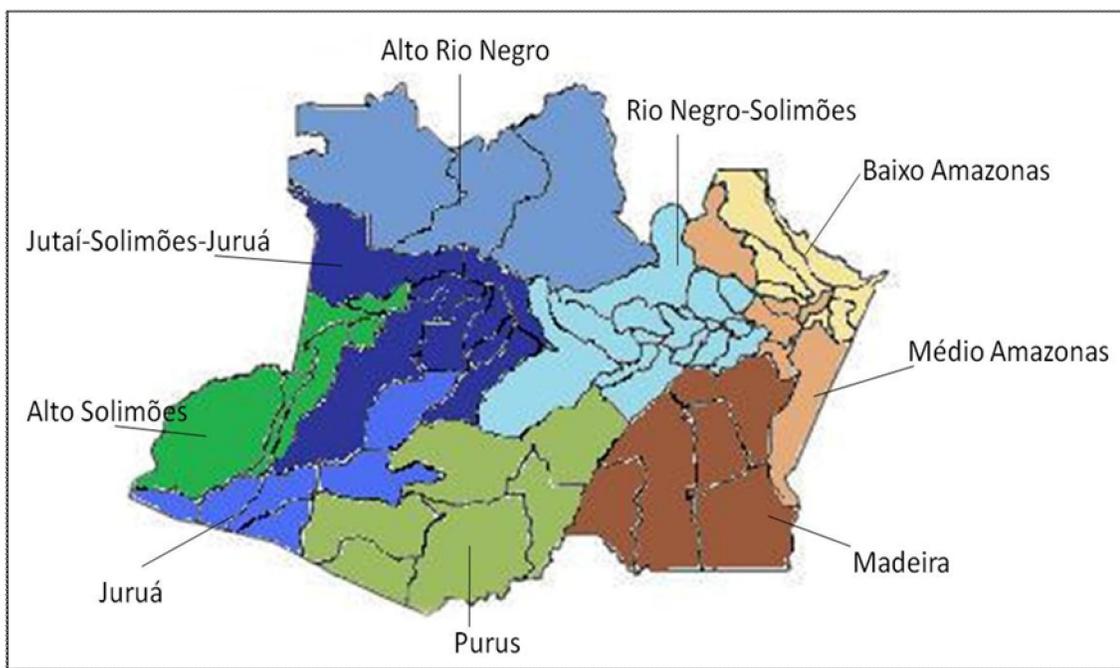


Figura 01 – Sub-regiões do Estado do Amazonas

FONTE: Retirado de <<http://www.sds.am.gov.br>> Acesso em 03/01/2009

5.1 – Baixo Amazonas

⁶ As informações sobre os empreendimentos econômicos solidários presentes neste capítulo tem como fonte a pesquisa da Economia Solidária realizada pelo SENAES em 2007, disponibilizadas no site:<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=AM>

Composta por seis municípios: São Sebastião do Uatumã, Nhamundá, Urucará, Parintins, Barreirinhas, Boa Vista dos Ramos, banhada pelos rios Amazonas, Nhamundá, Jatapu, Uatumã e afluentes menores da margem direito, e faz fronteira com a Sub-Região do Médio Amazonas, o Estado de Roraima e o Estado do Pará.

A economia solidária na Sub-Região está presente em seis municípios, Barreirinha, com 12 EES, Boa Vista dos Ramos, com 08 EES, Nhamundá, com 08 de EES, Parintins, com 43 EES, São Sebastião do Uatumã, com 03 EES e Urucará, com 03 EES, totalizando 77 unidades produtivas, 16,70% dos empreendimentos do Estado, a segunda no geral.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 1.895.334,03, uma média de R\$ 24.614,73 por empreendimento; e ocupação de 5.556, sendo 5.455 sócios e 101 não sócios, dos quais 3.292 são homens e 2.264 mulheres. No entanto, nem todos foram remunerados, apenas 58 empreendimentos informaram remunerar seus sócios, proporcionando uma renda mensal de R\$ 22.159,09, uma média mensal de R\$ 382,05 por sócio, sabendo-se que 39,66% dos empreendimentos permitiram uma média mensal de R\$ 377,59 por sócio, 24,14% uma média mensal de R\$ 215,93, 18,97% uma média mensal de R\$ 884,32 e 17,24% uma média mensal de R\$ 72,41.

Dentre os municípios, os mais expressivos em economia solidária na região encontram-se: Parintins e Barreirinha

5.1.1 – Parintins

A economia solidária no município surgiu na década de 1970, com dois empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 43, correspondendo a 9,32% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona urbana, com 30 unidades produtivas, enquanto apenas 09 dessas são da área rural.

As principais motivações para o surgimento dos EES foram: ser este uma alternativa ao desemprego, em 28 EES, uma fonte complementar de renda, em 23 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 10 EES, desenvolver uma atividade onde todos são donos, nove EES e ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 06 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 1.070.474,58, média de R\$ 30.584,99 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis, 15 EES; b) fabricação de artefatos de cordoaria, 10 EES; c) fabricação de tecidos especiais – inclusive artefatos, 03 EES.

A comercialização enfrentou as seguintes dificuldades: a) falta de capital de giro para vendas a prazo, em 25 EES; b) falta de registro legal para a comercialização, em 11 EES; c) falta de demanda suficiente para os seus produtos, em 08 EES.

A economia solidária em Parintins gerou, em 41 dos EES um total de 1.671 (1.671 sócios, 57 não-sócios) ocupações, sendo 530 (505 sócios, 25 não-sócios) mulheres e 1.141 (1.109 sócios e 32 não-sócios) homens, numa média de 40, 75 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram serem remunerados, apenas 33 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 12.975,29, R\$301,75 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 08 EES; b) Fundo de Reserva em 02 EES; c) Distribuição entre sócios, em 02 EES; d) fundo de assistência técnica e educacional, em 01 EES; e) Integralização de Capital, em 01 EES.

As assembleias gerais, ou reunião coletiva de sócios, está presente em 67,44% (29) dos empreendimentos, realizadas, principalmente, a cada mês, em 22 EES, ou seja, 75,86% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a prestação de contas, eleição da diretoria, decisão sobre o destino das sobras, plano de trabalho e, contratação e remunerações.

Os EES de Parintins não participam tanto em fóruns, somente 32,55% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 48,84% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 09 unidades; b) movimento ambientalista, 06 unidades; c) movimento sindical urbano ou rural, 06 unidades, d) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 04 unidades; e) movimento de luta por moradia, 02 unidades; f) religiosos ou pastoral, 01 unidades

5.1.2 Barrerinha

A economia solidária no município surgiu na década de 1970, com um empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 12, correspondendo a 02,60% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona rural, com 06 unidades produtivas, enquanto apenas 04 dessas são da área rural.

As principais motivações para o surgimento dos EES foram: ser este um alternativa ao desemprego, em 07 EES, uma fonte complementar de renda, em 07 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 07 EES, desenvolver um atividades onde todos são donos, 07 EES e ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 05 EES

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 226.284,40, média de R\$ 22.628,44 por EES; e teve como principais atividades: a) produção mista: lavoura e pecuária, 03 EES; b) transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano, 02 EES; c) cultivo de outros produtos de lavoura permanente, 02 EES.

Os empreendimentos enfrentaram as seguintes dificuldades na comercialização: a) falta de demanda suficiente para os seus produtos, em 07 EES; b) falta de registro legal para a comercialização, em 07 EES; c), falta de capital de giro para vendas a prazo em 07 EES

A economia solidária em Barreirinha gerou um total de 1.155 (1.134 sócios, 21 não-sócios) ocupações, sendo 485 (465 sócios, 20 não-sócios) mulheres e 670 (669 sócios e 01 não-sócios) homens, numa média de 96,25 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram serem remunerados, apenas 08 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 4.301,71, R\$358,48 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 04 EES; b) Distribuição entre sócios, em 02 EES; d) fundo de assistência técnica e educacional, em 02 EES.

As assembleias gerais, ou reunião coletiva de sócios, presente em 58, 33% dos empreendimentos, realizadas principalmente a cada mês, em 10 dos 12 EES, ou seja, 83,33%

daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a prestação de contas, eleição da diretoria, decisão sobre o destino das sobras, plano de trabalho e, contratação e remunerações.

A participação dos EES em fóruns não é significativa, pois somente 16,67% participam. No entanto, em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, visto que 58,33% dos empreendimentos estão engajados em atividades como: a) movimentos comunitários, 07 unidades; b) movimento ambientalista, 04 unidades; c) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 02 unidades, d) movimento sindical urbano ou rural, 01 unidades; e) movimento de luta por moradia, 01 unidades.

5.2 – Médio Amazonas

A Sub-Região é composta por oito municípios: Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Amajari, Nova Olinda do Norte, Maués, Silves, Itapiranga e Urucurituba, faz fronteira com a Sub-Região do Rio Negro-Solimões e Alto Rio Negro, o Estado de Roraima, o Estado do Pará e o Estado de Mato Grosso

A economia solidária na Sub-Região está presente em sete municípios, Itacoatiara, com 19 EES Urucurituba, com 03 EES, Silves, com 03 EES, Presidente Figueiredo, com 15 de EES, Nova Olinda do Norte, com 05 EES, Maués, com 18 EES e Itapiranga, com 03 EES, totalizando 66 unidades produtivas, 14,32% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, é a terceira sub-região em termos de números de EES.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 1.114.867,01, uma média de R\$ 16.891,92 por empreendimento; e ocupação de 4.702, sendo 4.605 sócios e 97 não sócios, dos quais 2.537 são homens e 2.165 mulheres. Nem todos, no entanto, foram remunerados, visto que apenas três EES informaram remunerar seus sócios, proporcionando uma renda mensal de R\$ 810,61, uma média mensal de R\$ 270,20 por sócio, sabendo-se que 66,67% dos três empreendimentos que informaram remunerar seus sócios, proporcionaram uma média mensal de R\$ 378,29 por sócio, e 33,33% uma média mensal de R\$ 216,16.

Os municípios mais expressivos em economia solidária na região encontram-se: Itacoatiara, Maués e Presidente Figueiredo.

5.2.1 – Itacoatiara

A economia solidária no município surgiu na década de 1950, com dois empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 19, correspondendo a 4,12% do total dos EES amazonenses, atuando nas duas zonas, rural, 09 unidades, urbana, 08 unidades produtivas.

As principais motivações para o seu surgimento foram: uma alternativa ao desemprego, em 14 EES, uma fonte complementar de renda, em 11 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 06 EES, desenvolver a comunidade, através de suas capacidades e potencialidades, 06 EES e ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 03 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 238.577,70, média de R\$ 13.254,32 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) cultivo de outros produtos de lavoura permanente, 05 EES; b) cultivo de outros produtos de lavoura temporária, 03 EES; c) criação de bovinos, 02 EES.

Os EES encontraram as seguintes dificuldades na comercialização: a) de demanda suficiente para os seus produtos, em 06 EES; b) preço inadequado dos produtos, em 06 EES; c) problemas nos transportes e estradas em 05 EES.

A economia solidária em Itacoatiara gerou um total de 847 (784 sócios, 63 não-sócios) ocupações, sendo 409 (380 sócios, 29 não-sócios) mulheres e 438(404 sócios e 34 não-sócios) homens, numa média de 44, 58 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram serem remunerados, apenas 12 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 3.676,99, R\$193,53 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 06 EES; b) Fundo de solidariedade em 01 EES; c) Distribuição entre sócios, em 01 EES.

As assembleias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente em 84, 21% dos empreendimentos de Itacoatiara, realizadas principalmente a cada mês, em 05 dos 19 EES, ou

seja, 26,32% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a eleição da diretoria, prestação de contas, eleição da diretoria, plano de trabalho, decisão sobre o destino das sobras, e, contratação e remunerações.

Os EES de Parintins não participam tanto em fóruns, somente o equivalente 26,32% do total possuem esse engajamento. No entanto, quando se trata dos problemas comunitários essa interação é maior, 73,68% dos empreendimentos estão engajados em: a) religiosos ou pastorais, 07 unidades; b) movimento sindical urbano ou rural movimento ambientalista, 06 unidades; c) movimentos comunitários, 05 unidades, d) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 02 unidades; e) movimento de luta por moradia, 02 unidades; f) mulheres, 01 unidades.

5.2.2 – Maués

A economia solidária no município surgiu na década de 1990, com cinco empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 18, correspondendo a 3,90% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona rural, com 10 unidades produtivas, enquanto apenas 06 dessas são da área urbana.

O aparecimento desses empreendimentos tiveram como principais motivações ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 14 EES, ser este um alternativa ao desemprego, em 13 EES, uma fonte complementar de renda, em 11 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 07 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 504.288,00, média de R\$ 29.664,00 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) fabricação de artefatos de cordoaria, 05 EES; b) confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas, 05 EES; c) beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal, 02 EES.

O município só apresentou um EES com dificuldade de comercialização, que ele apontou como sendo a falta de registro legal para a comercialização.

A economia solidária em Maués gerou, em 04 dos EES um total de 621 ocupações, sendo 247 mulheres e 374 homens, numa média de 155 trabalhadores por empreendimento. É interessante notar que todos conseguiram remunerar seus sócios, numa média mensal de R\$ 864,64, R\$48,04 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários de Maués foi dividida da seguinte forma: a) Distribuição entre sócios, em 12 EES; b) Fundo de Reserva, em 02 EES; c) fundo de investimento, em 01 EES.

As assembleias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente somente em todos os empreendimentos de Maués, realizadas principalmente bimestralmente ou trimestralmente, em 09 dos 18 EES, ou seja, 50,00% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a eleição da diretoria, prestação de contas, decisão sobre o destino das sobras, plano de trabalho e contratação e remunerações.

Os EES de Parintins não participam tanto em fóruns, somente 22,22% desse total. Em relação aos problemas comunitários, todos os empreendimentos estão engajados em algum movimento social, tais como: a) movimentos comunitários, 15 unidades; b) movimento sindical urbano ou rural, 11 unidades; c) mulheres, 01 unidades, d) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 01 unidades.

5.2.3 – Presidente Figueiredo

A economia solidária no município surgiu na década de 1970, com um empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 15, correspondendo a 3,25% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona urbana, com 09 unidades produtivas, enquanto apenas 03 dessas são da área rural.

Os aparecimentos desses empreendimentos tiveram como principais motivações ser este um alternativa ao desemprego, em 11 EES, uma fonte complementar de renda, em 09 EES, poder, nesse, desenvolver um atividades onde todos são donos, 03 EES, ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 03 EES, desenvolver as capacidades e

potencialidade da comunidade, em 02 EES, e motivação social, filantrópica ou religiosa, em 02 empreendimentos econômicos solidários.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 293.084,31, média de R\$ 29.308,43 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) cultivo de outros produtos de lavoura permanente, 03 EES; b) fabricação de outros produtos alimentícios, 03 EES; c) fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem, 02 empreendimentos.

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) falta de capital de giro para vendas a prazo, em 03 EES; b) condições favoráveis de transportes e estradas, em 03 EES; c) os clientes exigem um prazo para o pagamento, em 03 empreendimentos.

A economia solidária gerou, em 14 EES, um total de 237 (227 sócios, 10 não-sócios) ocupações, sendo 159 (151 sócios, 08 não-sócios) mulheres e 78 (76 sócios e 02 não-sócios) homens, numa média de 16,93 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram ser remunerados, apenas 09 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 2.957,79, R\$197,19 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins teve a seguinte destinação: a) fundo de investimento, 03 EES; b) Fundo de Reserva, 02 EES.

As assembleias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente somente em 46,67% dos empreendimentos de Presidente Figueiredo, e são realizadas principalmente a cada mês, em 07 dos 15 EES, ou seja, 46,67% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a decisão sobre o destino das sobras, prestação de contas, plano de trabalho, eleição da diretoria, e contratação e remunerações.

Os empreendimentos do município não participam tanto em fóruns, somente 33,33% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 53,33% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 05 unidades; b) movimento ambientalista, 02 unidades; c) religiosos ou pastoral, 02 unidades, d) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 01 unidades; e) mulheres, 01 unidades; f) movimento sindical urbano ou rural, 01 unidades.

5.3 – Rio Negro-Solimões

A Sub-Região é composta por quinze municípios: Novo Airão, Coari, Codajás, Anori, Beruri, Caapiranga, Anamá, Careiro da Várzea, Manacapuru, Manaquiri, Iranduba, Manaus, Rio Preto da Eva, Autazes e Careiro e faz fronteira com a Sub-Região do Alto Rio Negro, Madeira, Jutai-Solimões-Jurua, Purus e Médio Amazonas, e o Estado de Roraima.

Nessa Sub-Região encontra-se a presença da economia solidária em quatorze municípios, Anori, com 08 EES, Autazes, com 05 EES, Beruri, com 14 EES, Codajás, com 05 de EES, Careiro da Várzea, com 02 EES, Careiro, com 07 EES, Caapiranga, com 02 EES, Coari, com 14 de EES Manaquiri, com 05 de EES Manacapuru, com 39 EES, Manaus, com 87 de EES, Rio Preto da Eva, com 05 de EES e Novo Airão, com 12 EES, total de 205 EES, 44,47% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, é a primeira no geral.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 8.055.070,87, uma média de R\$ 39.293,03 por empreendimento; e ocupação de 13.769, sendo 12.690 sócios e 1.079 não sócios, dos quais 8.678 são homens e 5.091 mulheres. Nem todos, no entanto, nem todos os sócios foram remunerados, 141 empreendimentos informaram remunerar seus membros, proporcionando uma renda mensal de R\$ 50.254,67, uma média mensal de R\$ 356,42 por sócio, sabendo-se que 25,53% desses empreendimentos informaram proporcionar uma média mensal de R\$ 85,91 por sócio, 27,66% uma média mensal de R\$ 220,84, 29,79% uma média mensal de R\$ 408,18, 16,31% uma média mensal de R\$ 860,19 e 0,71% uma média mensal de R\$ 1.621,25.

Os municípios mais expressivos em economia solidária na região encontram-se: Beruri, Coari, Manacapuru, Manaus e Novo Airão.

5.3.1 – Beruri

A economia solidária no município apareceu na década de 1990, com um EES, e hoje chegam a 14, correspondendo a 3,04% do total amazonenses, atuando tanto na zona urbana, com 07 unidades produtivas, quanto na zona rural 07 dessas.

As motivações para o seu aparecimento foram: alternativa ao desemprego, em 12 EES, obter maiores ganhos, em 08 EES, ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 04 EES, uma fonte complementar de renda, em 03 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 87.169,59, média de R\$ 9,685,51 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) cultivo de outros produtos de lavoura temporária, 03 EES; b) fabricação de esquadrias de madeira, de casas de madeira pré-fabricadas, de estruturas de madeira e artigos de carpintaria, 03 EES; c) pesca e serviços relacionados, 02 EES

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) manter a regularidades de fornecimento, em 03 EES; b) problemas com inadimplência, em 02 EES; c) preços inadequados, em 02 EES.

A economia solidária em Beruri gerou um total de 804 (790 sócios, 14 não-sócios) ocupações, sendo 72 (64 sócios, 08 não-sócios) mulheres e 732(726 sócios e 14 não-sócios) homens, numa média de 57,42 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram serem remunerados, apenas 11 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 5.668,95, R\$404,93 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 05 EES; b) Fundo de Reserva em 02 EES; c) Distribuição entre sócios, em 01 EES; d) fundo de solidariedade, em 01 EES

As assembléias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente somente em 71, 43% dos empreendimentos berurienses, são realizadas principalmente a cada mês, em 08 dos 14 EES, ou seja, 57,14% daqueles que realizam essa instância. Nela são feitas a prestação de contas, eleição da diretoria, plano de trabalho e decisão sobre o destino das sobras.

Os EES de Beruri tem uma participação ínfima em fóruns, somente 7,14% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 57,14% dos

empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 04 unidades;b) movimento sindical urbano ou rural, 04 unidades, c) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 04 unidades; d) movimento de luta por moradia, 03 unidades; e) religiosos ou pastoral, 01 unidades; f) movimento ambientalista, 01 unidades.

5.3.2 – Coari

A economia solidária no município surgiu na década de 1950, com dois empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 14, correspondendo a 3,04% do total dos EES amazonenses, atuando tanto na zona urbana, quanto na zona rural.

O aparecimento desses empreendimentos tiveram como principais motivações serem um alternativa ao desemprego, em 09 EES, uma fonte complementar de renda, em 05 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 04 EES, e por representarem uma alternativa organizativa e de qualificação, em 03 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 202.488,29, média de R\$ 14.463,45 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano, 08 EES; b) beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal, 01 EES; c) confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas e camisas, 01 EES

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) estrutura para comercialização, em 03 EES; b) agentes do mercado, em 01 EES; c) falta de demanda suficiente para os seus produtos, em 01 EES; d) problemas do transporte ou estradas, em 01 EES.

A economia solidária em Coari gerou, em 13EES, um total de 776 (741 sócios, 35 não-sócios) ocupações, sendo 150 (127 sócios, 23 não-sócios) mulheres e 626 (614 sócios e 12 não-sócios) homens, numa média de 59,69 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram ser remunerados, apenas 12 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 9.222,12, R\$658,72 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de reserva, em 10 EES; b) Fundo de investimento em 02 EES.

As assembleias gerais, ou reunião coletiva de sócios, está presente em todos os empreendimentos coarienses, que são realizadas principalmente a cada mês, em 12 dos 14 EES, ou seja, 85,71% daqueles que realizam essa instância. Nela são feitos o plano de trabalho, decisão sobre o destino das sobras, eleição da diretoria, a prestação de contas, e contratação e remunerações.

A participação dos empreendimentos coarienses em fóruns foi baixa. No entanto, em se tratando dos problemas comunitários, essa interação corresponde a 42,86%, principalmente nas seguintes atividades: a) movimentos comunitários, 05 unidades; b) movimento ambientalista, 02 unidades; c) movimento sindical urbano ou rural, 01 unidades.

5.3.3 – Manacapuru

A economia solidária no município surgiu na década de 1950, com 01 empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 38, correspondendo a 8,24% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona rural, com 13 unidades produtivas, enquanto apenas 11 dessas são da área urbana.

O aparecimento desses teve como principais motivações ser este um alternativa ao desemprego, em 24 EES, poder, nesse obter maiores ganhos em 20 EES, uma fonte complementar de renda, em 15 EES, ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 12 EES e desenvolver um atividades onde todos são donos, 08 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 2.150.328,60, média de R\$ 67.197,77 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) cultivo de outros produtos de lavoura temporária, 09 EES; b) beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal, 08 EES; c) cultivo de outros produtos de lavoura permanente, 06 EES.

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) preços inadequados, em 07 EES; b) problemas no transporte ou nas estradas, em 07 EES; c) dificuldade em manter a regularidade do fornecimento, em 07 EES.

A economia solidária no município de Manacapuru gerou, em 36 dos empreendimentos, um total de 2.721 (2.118 sócios, 603 não-sócios) ocupações, sendo 1.338 (1.066 sócios, 272 não-sócios) mulheres e 1.383 (1.052 sócios e 331 não-sócios) homens, numa média de 75,58 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram remuneração, apenas 29 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 13.005,69, R\$333,48 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 13 EES; b) Fundo de Reserva em 09 EES; c) Distribuição entre sócios, em 07 EES; d) fundo de assistência técnica e educacional, em 01 EES; e) Fundo de solidariedade, em 01 EES.

As assembleias gerais, ou reunião coletiva de sócios, está presente em 76,92% dos empreendimentos, são realizadas principalmente a cada mês, em 21 dos 39 EES, ou seja, 53,85% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita o plano de trabalho, prestação de contas, eleição da diretoria, decisão sobre o destino das sobras, e contratação e remunerações.

Os EES de Manacapuru não participam tanto em fóruns, somente 10,26% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 30,77% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 20 unidades; b) movimento sindical urbano ou rural, 13 unidades; c) movimento ambientalista, 05 unidades, d) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 03 unidades; e) movimento de luta por moradia, 01 unidades; f) religiosos ou pastoral, 01 unidades, g) movimento pela igualdade racial, em 01 EES.

5.3.4 – Manaus

A economia solidária no município surgiu na década de 1980, com 03 empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 87, correspondendo a 18,87% do total dos

EES amazonenses, atuando principalmente na zona urbana, com 76 unidades produtivas, enquanto apenas 03 dessas são da área rural.

O aparecimento desses empreendimentos tiveram como principais motivações ser este um alternativa ao desemprego, em 72 EES, uma fonte complementar de renda, em 52 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 16 EES, desenvolver um atividades onde todos são donos, 16 EES e motivação social, filantrópica ou religiosa, em 11 EES.

O faturamento mensal dos empreendimentos, no ano de 2007, totalizou R\$ 808.105,35, média de R\$ 13.932,85 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas e camisas, 11 EES; b) fabricação de artefatos de cordoaria, 09 EES; c) fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis, 08 EES.

O volume do faturamento foi afetado pelas seguintes dificuldades: a) falta de demanda suficiente para os seus produtos, em 18 EES; b) falta de capital de giro para vendas a prazo, em 17 EES; c) falta de estrutura para comercialização, em 12 EES.

A economia solidária em Manaus gerou, em 84 dos EES, um total de 1.561 (1.324 sócios, 237 não-sócios) ocupações, sendo 1.131 (1.038 sócios, 93 não-sócios) mulheres e 430 (286 sócios e 144 não-sócios) homens, numa média de 18,58 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram proporcionar rendimentos, apenas 57 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, uma média mensal de R\$ 11.780,46, R\$135,41 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 16 EES; b) Distribuição entre sócios, em 15 EES; c) Fundo de Reserva, em 05 EES; d) fundo de solidariedade, em 05 EES; e) fundo de assistência técnica e educacional, em 01 EES; f) Integralização de Capital, em 01 EES.

As assembléias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente somente em 68, 97% dos empreendimentos manauaras, sendo realizadas principalmente a semanal ou quinzenalmente, em 33 dos 87 EES, ou seja, 37,93% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a decisão sobre o destino das sobras, prestação de contas, plano de trabalho, eleição da diretoria e contratação e remunerações.

Os EES de Manaus não participam tanto em fóruns, somente 44,83% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 75,86% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 43 unidades; b) religiosos ou pastoral, 13 unidades; c) movimento ambientalista, 12 unidades; d) mulheres, 10 unidades; e) movimento de luta por moradia, 08 unidades; f) movimento pela igualdade racial, 08 unidades.

5.3.5 – Novo Airão

A economia solidária no município surgiu na década de 1990, com quatro empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 12, correspondendo a 2,60% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona urbana, com 09 unidades produtivas, enquanto apenas 01 dessas é da área rural.

O aparecimento desses teve como principais motivações: desenvolver um atividades onde todos são donos, em 07 EES, uma fonte complementar de renda, em 06 EES, poder, nesse, obter maiores ganhos, em 06 EES, ser este um alternativa ao desemprego, 06 EES e desenvolver as capacidades e potencialidades da comunidade, em 02 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 108.156,98, média de R\$ 15.451,00 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano, 02 EES; b) pesca e serviços relacionados, 02 EES; c) fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis, 02 EES.

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) falta de capital de giro para vendas a prazo, em 03 EES; b) dificuldade em manter a regularidade do fornecimento, em 02 EES; c) problemas com transporte ou estradas, em 02 EES; d) demanda insuficiente, em 02 EES.

A economia solidária em Novo Airão gerou, em 09 dos EES, um total de 429 (319 sócios, 110 não-sócios) ocupações, sendo 239 (164 sócios, 75 não-sócios) mulheres e 190 (155 sócios e 35 não-sócios) homens, numa média de 47,67 trabalhadores por

empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram ser remunerados, apenas 06 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 1.691,01, R\$140,92 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos de Novo Airão foi dividida da seguinte forma:

a) fundo de investimento, em 01 EES; b) Fundo de Reserva em 02 EES.

As assembleias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente em 83,33% dos empreendimentos do município, realizadas principalmente a cada mês, em 05 dos 12 EES, ou seja, 41,67% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a prestação de contas, eleição da diretoria, decisão sobre o destino das sobras e plano de trabalho.

Os empreendimentos de Novo Airão não participam tanto em fóruns, somente 33,33% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 58,33% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 04 unidades; b) movimento ambientalista, 04 unidades;c) movimento pela igualdade racial, 02 unidades, d) mulheres, 02 unidades; e) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 01 unidades; f) movimento sindical urbano ou rural, 01 unidades.

5.4 – Alto Rio Negro

Composta por três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, banhada pela maior parte da bacia do rio Negro e os afluentes : Içanã, Uaupés, Caueiras, Branco, Tomo,Xié, Amanauá, Dimiti e Tarumã Grande., e faz fronteira com o Estado de Roraima e a Colômbia.

A economia solidária na Sub-Região está presente em dois municípios, São Gabriel da Cachoeira, com 12 EES, Barcelos, com 04 EES, totalizando 16 unidades produtivas, 2,60% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, fica na sétima posição em nível de número de EES.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 41.916,12 uma média de R\$ 2.619,76 por empreendimento; e ocupação de 552, sendo 516 sócios e 36 não sócios,

dos quais 314 são homens e 238 mulheres. Nem todos os sócios, no entanto, foram remunerados. 14 empreendimentos informaram remunerar seus membros, proporcionando uma renda mensal de R\$ 5.117,85, uma média mensal de R\$ 365,56 por sócio, sabendo-se que 14,29% desses empreendimentos informaram proporcionaram uma média mensal de R\$ 12,35 por sócio, 42,86% uma média mensal de R\$ 90,72, 35,71% uma média mensal de R\$ 146,68, e 7,14% uma média mensal de R\$ 115,80.

Dentre os municípios, em se tratando de economia solidária, aquele que possui quantidade de EES mais expressiva é o São Gabriel da Cachoeira.

5.4.1 – São Gabriel da Cachoeira

A economia solidária no município surgiu na década de 1990, com seis empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 12, correspondendo a 2,60% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona urbana, com 07 unidades produtivas, enquanto apenas 04 dessas são da área rural.

O aparecimento desses empreendimentos tiveram como principais motivações ser este um alternativa ao desemprego, em 09 EES, uma fonte complementar de renda, em 04 EES, desenvolver um atividades onde todos são donos, 03 EES, poder, nesse, desenvolver as capacidades e potencialidades das comunidades, em 02 EES, obter maiores ganhos, em 01 EES, e ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 01 EES, por representarem uma alternativa organizativa e de qualificação, em 01 EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 34.284,12, média de R\$ 4.285,52 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis, 04 EES; b) fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material, 02 EES; c) outros serviços de alimentação, 01 EES.

A comercialização enfrentou as seguintes dificuldades: a) falta de capital de giro para vendas a prazo, em 06 EES; b) falta de demanda suficiente para os seus produtos, em 02 EES; c) falta de registro legal para a comercialização, em 08 EES.

A economia solidária em São Gabriel da Cachoeira gerou, em todos EES, um total de 437 (401 sócios, 36 não-sócios) ocupações, sendo 273 (264 sócios, 09 não-sócios) mulheres e 164 (137 sócios e 27 não-sócios) homens, numa média de 36,42 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram ser remunerados, apenas 11 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 4.517,85, R\$376,49 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários de São Gabriel foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 03 EES; b) Fundo de Reserva em 01 EES; c) Distribuição entre sócios, em 01 EES.

As assembléias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente somente em 50,00% dos empreendimentos de São Gabriel, realizadas principalmente a cada mês, em 07 dos 12 EES, ou seja, 58,33% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita o plano de trabalho, prestação de contas, eleição da diretoria e decisão sobre o destino das sobras.

Os EES de São Gabriel não participam tanto em fóruns, somente 50,00% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 83,33% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos comunitários, 05 unidades; b) movimento sindical urbano ou rural, 03 unidades, c) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 02 unidades; e) movimento de luta por moradia, 01 unidades.

5.5– Madeira

A Sub-Região é composta por seis municípios: Borba, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Apuí e Sucunduri, cortada pelo afluente do rio Amazonas, o rio Madeira, fazendo fronteira com a Sub-Regiões do Médio Amazonas, Rio-Negro-Solimões, Purus, e os Estado de Rondônia e Mato Grosso.

A economia solidária na Sub-Região está presente em seis municípios, Borba, com 05 EES, Humaitá, com 05 EES, Manicoré, com 04 EES, Novo Aripuanã, com 12 EES, Apuí,

com 02 EES, totalizando 28 unidades produtivas, 6,07% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, está em quinto em nível geral de número de EES.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 1.620.103,44 uma média de R\$ 57.860,83 por empreendimento; e ocupação de 2.119, sendo 1.949 sócios e 1706 não sócios, dos quais 1.557 são homens e 562 mulheres. Nem todos os sócios, no entanto, foram remunerados, somente 13 empreendimentos informaram remunerar seus membros, proporcionando uma renda mensal de R\$ 5.026,82, uma média mensal de R\$ 386,68 por sócio, sabendo-se que 7,69% desses empreendimentos informaram proporcionaram uma média mensal de R\$ 2,16 por sócio, 30,77% uma média mensal de R\$ 251,06, 46,15% uma média mensal de R\$ 386,74, e 15,38% uma média mensal de R\$ 850,00.

Dentre os municípios, o mais expressivo em economia solidária na região, por apresentarem número de EES igual a 10 empreendimentos está: Novo Aripuanã.

5.5.1 – Novo Aripuanã

A economia solidária no município surgiu na década de 1980, com um empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 12, correspondendo a 2,60% do total dos EES amazonenses, atuando principalmente na zona rural, com 10 unidades produtivas, enquanto apenas 01 dessas são da área urbana

O surgimento desses teve as seguintes principais motivações: alternativa ao desemprego, 08 EES; fonte complementar de renda, 07 EES; poder, nesse, condições para obter acesso a financiamento e outros apoios, 06 EES; alternativa organizativa e de qualificação, 03 EES; e desenvolver as potencialidades e capacidade, 02 EES

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 121.692,00, média de R\$ 11.062,91 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) cultivo de outros produtos de lavoura temporária, 05 EES; b) fabricação de farinha de mandioca e derivados, 04 EES; c) exploração florestal, em 03 EES.

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) problemas com o transporte ou estrada, em 10 EES; b) falta de demanda para seus produtos, em 07 EES; c) preço inadequado, em 06 EES.

A economia solidária em Novo Aripuanã gerou um total de 751 (661 sócios, 90 não-sócios) ocupações, sendo 315 (233 sócios, 82 não-sócios) mulheres e 436 (428 sócios e 08 não-sócios) homens, numa média de 62,58 trabalhadores por empreendimento. No entanto, nem todos conseguiram ser remunerados, apenas 07 empreendimentos geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 2.780, R\$231,67 por unidade produtiva.

A sobra gerada nos Empreendimentos Econômicos Solidários Parintins foi dividida da seguinte forma: a) fundo de investimento, em 04 EES; b) Distribuição entre sócios em 02 EES; c) Fundo de Reserva em 01 EES.

As assembleias gerais ou reunião coletivas de sócios está presente somente em 91,67% dos empreendimentos. Novo Aripuanã, realizadas principalmente a cada mês, em 06 dos 12 EES, ou seja, 50,00% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a prestação de contas, eleição da diretoria, decisão sobre o destino das sobras, plano de trabalho e, contratação e remunerações.

Os EES de Parintins não participam tanto em fóruns, somente 33,33% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é muito ínfima, uma vez que somente 01 unidade, possuem participação em movimentos comunitários.

5.6 – Juruá

A Sub-Região é composta por seis municípios: Itamarati, Eirunepé, Ipixuna, Envira, Caraurari, Guajará, uma extensão de 105.889 Km², envolve a porção do alto e médio curso do rio Juruá, e faz fronteira com as Sub-Regiões do Purus, Jutai-Solimões-Juruá, Alto Solimões, e o Estado do Acre e com o Peru.

A economia solidária na Sub-Região está presente em dois municípios, Caraurari , com 08 EES, Eirunepé, com 07 EES, totalizando 15 unidades produtivas, 3,25% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, é a sexta no geral.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 365.420,00, média de R\$ 24.361,33 por empreendimento; ocupação de 1.417, sendo 1.380 sócios e 37 não sócios, dos quais 814 são homens e 603 mulheres. Nem todos os sócios, no entanto, foram remunerados, somente dois empreendimentos informaram remunerar seus membros, proporcionando uma renda mensal de R\$ 1.250,00, uma média mensal de R\$ 625,00 por sócio, sabendo-se que a metade desses empreendimentos informou proporcionar uma média mensal de R\$ 350,00 por sócio, enquanto a outra metade, uma média mensal de R\$ 900,00.

A região não apresentou nenhum município expressivo em relação a quantidade de empreendimentos, ou seja, nenhum deles possui de 10 a mais EES no ano da pesquisa.

5.7 – Purus

Composta por cinco municípios : Tapauá, Canatuma, Lábrea, Boca do Acre, Pauini, uma extensão de 251.000 Km², o rio que a banha nasce com o nome de Pucani , e faz fronteira com a Sub-Regiões do Juruá, Jutai-Solimões-Juruá, Rio Negro-Solimões, Madeira, e os Estado de Rondônia e do Acre

A economia solidária na Sub-Região está presente em um município, Lábrea , com 10 EES, totalizando 10 unidades produtivas, 2,17% dos EES do Estado.

5.7.1 – Lábrea

A economia solidária no município surgiu na década de 1980, com um empreendimentos econômicos, e hoje chegam a 10, correspondendo a 2,17% do total dos EES amazonenses, atuando praticamente na Zona Rural, 90% deles encontram nesta área.

O aparecimento desses empreendimentos tiveram como principais motivações se apresentar como alternativa organizativa e de qualificação, em 08 EES, ter condição de obter financiamento ou outros apoios, em 06 EES. Ser este um alternativa ao desemprego só se apresenta em 02 dos EES.

O faturamento mensal das unidades produtivas solidárias, no ano de 2007, totalizou R\$ 378.965,00, média de R\$ 37.896,50 por empreendimento ao mês; e tem como principais atividades: a) fabricação de farinha e derivados, 07 EES; b) cultivo de outros produtos de lavoura permanente, 03 EES; c) cultivo de outros produtos de lavoura temporária, 03 EES.

A comercialização não obteve um volume maior por enfrentar as seguintes dificuldades: a) preço inadequado para os produtos, em 06 EES; b) problemas com os transportes e estradas, em 04 EES; c) agentes do mercado (concorrentes, atravessadores ou monopólios), em 02 EES.

A economia solidária em Lábrea proporcionou um total de 1.023 (1.017 sócios, 06 não-sócios) ocupações, sendo 240 (236 sócios, 04 não-sócios) mulheres e 783 (781 sócios e 02 não-sócios) homens, numa média de 102 trabalhadores por empreendimento. No entanto, somente 90% dos empreendimentos do município geraram renda aos seus participantes, numa média mensal de R\$ 2.710,00, R\$ 271,00 por unidade produtiva.

O município de Lábrea teve apenas um empreendimento que registrou sobra. Essa sobra foi direcionada somente para um fundo: o fundo de solidariedade.

As assembléias gerais, ou reunião coletiva de sócios, presente em todos os empreendimentos, realizadas principalmente a cada mês, em 05 dos 10 EES, ou seja, 50,00% daqueles que realizam essa instância. Nela é feita a eleição da diretoria, prestação de contas, plano de trabalho, decisão sobre o destino das sobras e contratação e remunerações.

Os EES de Lábrea não participam tanto em fóruns, somente 30,00% desse total. Em relação aos problemas comunitários essa interação é maior, 60,00% dos empreendimentos estão engajados em: a) movimentos sindical urbano ou rural, 02 unidades; b) movimento ambientalista, 01 unidades; c) movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 01 unidades; d) religiosos ou pastoral, 01 unidades.

5.8 – Jutai – Solimões – Juruá

Composta por nove municípios: Jutai, Juruá, Fonte Boa, Japurá, Maraã, Tefé, Alvarães, Uarini, Tamaniquá, uma extensão de 210.816 Km², envolve o Médio Solimões e seus principais tributários (Japurá, Jutai, Juruá), e faz fronteira com a Sub-Regiões do Alto Rio Negro, Rio Negro-Solimões, Purus, Juruá, Alto Solimões, e com a Colômbia.

A economia solidária na Sub-Região está presente em um município, Tefé, com 06, 1,30% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, é a última no geral

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 188.250,00, média de R\$ 31.375,00 por empreendimento; e ocupação 397 sócios, dos quais 127 são homens e 273 mulheres. Nem todos os sócios, no entanto, foram remunerados. somente quatro empreendimentos informaram remunerar seus membros, proporcionando uma renda mensal de R\$ 1.358,00, uma média mensal de R\$ 226,33 por sócio, sabendo-se que a metade desses empreendimentos informaram proporcionar uma média mensal de R\$ 204,00 por sócio, enquanto a outra metade, uma média mensal de R\$ 475,00

5.9 – Alto Solimões

Composta por sete municípios: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tonantins e Amaturá, uma extensão de 131.520 Km², envolve além da região do curso do rio Solimões, as bacias do rio Iça e do rio Jandiatubá, e fronteira com Jutai-Solimões-Juruá e Juruá, e com o Peru e a Colômbia.

A economia solidária está presente em seis municípios, Atalaia do Norte , com 03 EES, Amaturá, com 03 EES, Benjamin Constant, com 08 EES, Santo Antonio do Içá, com 04 EES, São Paulo de Olivença, com 02 EES, Tabatinga, com 09 EES totalizando 29 unidades produtivas, 6,29% dos empreendimentos econômicos solidários do Estado, é a oitava no geral.

As unidades produtivas geram um faturamento mensal de R\$ 635.603,43 uma média de R\$ 21.917,36 por empreendimento; gerando ocupação de 5.032, sendo 4.956 sócios e 142 não sócios, dos quais 4.324 são homens e 708 mulheres. Quase todos os empreendimentos, 28 de 29, informaram remunerar seus membros, proporcionando uma renda mensal de R\$ 11.519,46, uma média mensal de R\$ 411,41 por sócio, sabendo-se que 14,29% dos EES proporcionaram uma média mensal de R\$ 103,49, outros 14,29% média de R\$ 220,22, 53,57% média de R\$ 375,41, 14,29% média de R\$ 743,07 e 3,57% dos empreendimentos renderam aos seus sócios uma média de R\$ 1.621,25.

5.9 – Avaliação dos Empreendimentos Econômicos Solidários nas Sub-Regiões do Estado do Amazonas

A distribuição da economia solidária no Estado do Amazonas, exposta na figura 02, tem por características a concentração dos empreendimentos econômicos na sub-região do Rio Negro-Solimões, como mostra a figura 03, onde estão 44,47% dos EES do Estado, seguida pelo Baixo Amazonas, 16,70%, e pelo Médio Amazonas, 14,32%. É interessante notar que neste espaço estão as cidades mais importantes para o Estado, econômico e demograficamente, como Coari, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Manacapuru e Manaus, município com maior concentração de EES, 18,87% dos empreendimentos econômicos solidários amazonenses As demais sub-regiões apresentam participação inferior a 10%.

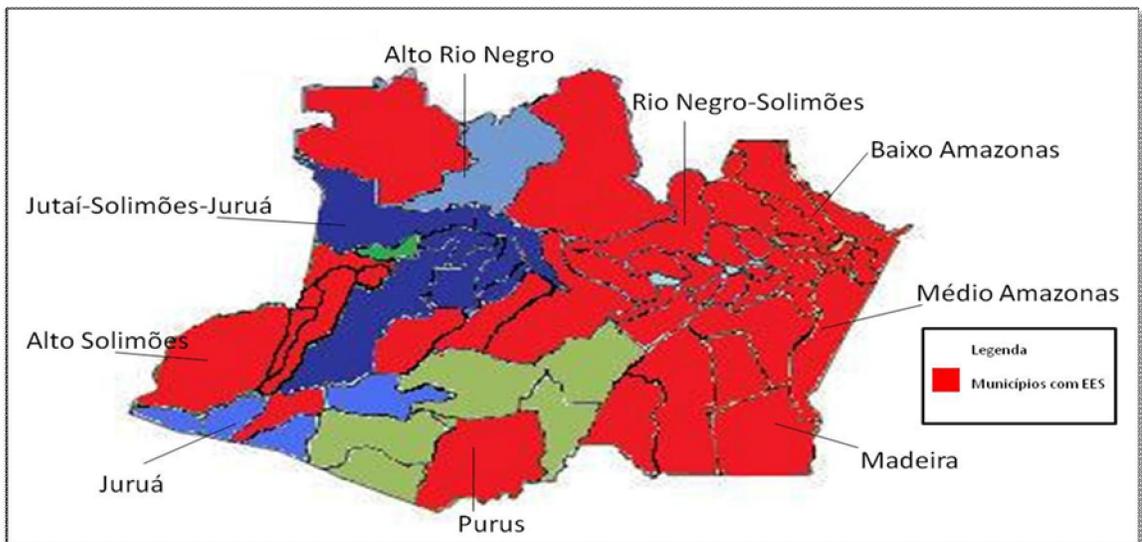


Figura 02 – Distribuição dos EES no Estado do Amazonas

FONTE: Retirado de <<http://www.sds.am.gov.br>> Acesso em 03/01/2009; Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)

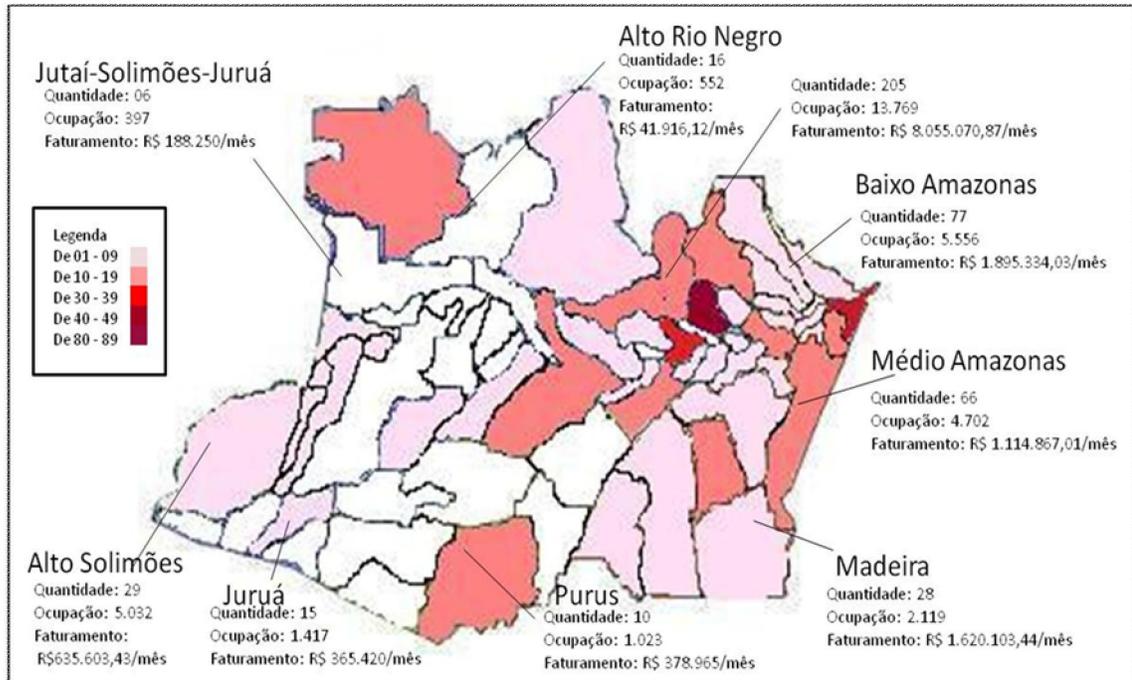


Figura 03 – Concentração dos EES no Estado do Amazonas

FONTE: Retirado de <<http://www.sds.am.gov.br>> Acesso em 03/01/2009; Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)

A sub-região do Rio Negro-Solimões apresenta-se em primeiro, também, quando se analisa o faturamento mensal, em termos absolutos, dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, se este item for relacionado com a quantidade de EES, esta sub-região tem um faturamento mensal por empreendimento menor do que a região do madeira, com 68% EES a menos que a primeira, gera um faturamento mensal por empreendimento 43% mais volumoso.

Quando se trata do faturamento médio mensal por municípios, Manacapuru figura-se como aquele que mais faturou, em termos absolutos e quando se relaciona sua receita com quantidade de empreendimento. Seguido a ele, encontra-se os empreendimentos de Parintins, com o segundo volume de venda, e os EES de Manaus, que aparecem em terceiro lugar.

A ocupação gerada nos EES, e garantida pelo faturamento gerado pelos mesmos, encontra-se concentrada na sub-região do Rio Negro-Solimões, 38,48% dos sócios e não sócios amazonenses, seguida pela do Baixo Amazonas, 15,53%, e pelo Alto Solimões, 14,06%, havendo uma predominância masculina na composição dessa mão-de-obra. Entre os municípios que mais ocupação gera os empreendimentos econômicos solidários, está o

município de Manacapuru, representando 8% da ocupação proporcionada pelos EES amazonenses, seguido por Parintins, 5%, e Manaus, 4,4%. Nestas localidades a predominância masculina, com exceção do último, no qual as mulheres representam a maioria nos empreendimentos.

A massa de 35.777 ocupados nos empreendimentos econômicos solidários amazonenses, só encontra remuneração em 66% desses EES, sendo a sub-região do Juruá a que melhor remunera, média 163% maior, quando comparada com a média estadual. Seguida a esta estão à sub-região do Alto Solimões, média 73% superior, e a do Madeira, 62% superior. A sub-região do Rio Negro-Solimões encontra-se em 5º. lugar nesse item, tendo média 50% superior a média salarial amazonense.

O rendimento dos sócios dos empreendimentos econômicos solidários amazonenses, quando analisados por município, encontra maior rendimento em Coari, cuja média é 177% superior a média estadual, Manacapuru, média 70% superior, e Barreirinha, média 50% superior. O município de Manaus, maior na concentração de EES, encontra-se na 12ª. posição, dos municípios selecionados nessa pesquisa, com o rendimento mensal médio 43% inferior que a média amazonense.

6 ASSOCIAÇÃO VILA DA FELICIDADE: UM EXEMPLO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em visita a comunidade Vila da Felicidade, localizada na BR 319, CEASA, Distrito Industrial, Manaus, no dia 06 de Setembro de 2008, fora feita uma entrevista com o presidente da associação de moradores Vila da Felicidade, João Prestes, e com o Seu Arlindo, empreendedor e único trabalhador do projeto Canoas Turísticas, na qual foi conhecida a história e a característica atual dos EES da comunidade.

6.1. Associação Vila da Felicidade

Em 1986, os moradores da comunidade vila da felicidade, se reuniram e fundaram a associação comunitária vila da felicidade, sem fins lucrativos, para representá-la juridicamente e servir como fiscalizadora dos projetos criados pela própria comunidade. No seu Estatuto foi estabelecido que os seus bens só poderiam ser vendidos com a autorização dos associados, e caso a associação se desfizesse desses, teriam os seus móveis doados a outra instituição sem fins lucrativos.

A associação é composta, como mostra a figura 04, por um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e um conselheiro fiscal formado por seis representantes, três efetivos e três suplentes, e, também, por seis comissões (saúde, educação, esporte, cultura e lazer, infra-estrutura e marketing) No ano de 2008, foi realizado uma modificação do Estatuto, no qual ficou estabelecido uma Secretaria da Economia Solidária.

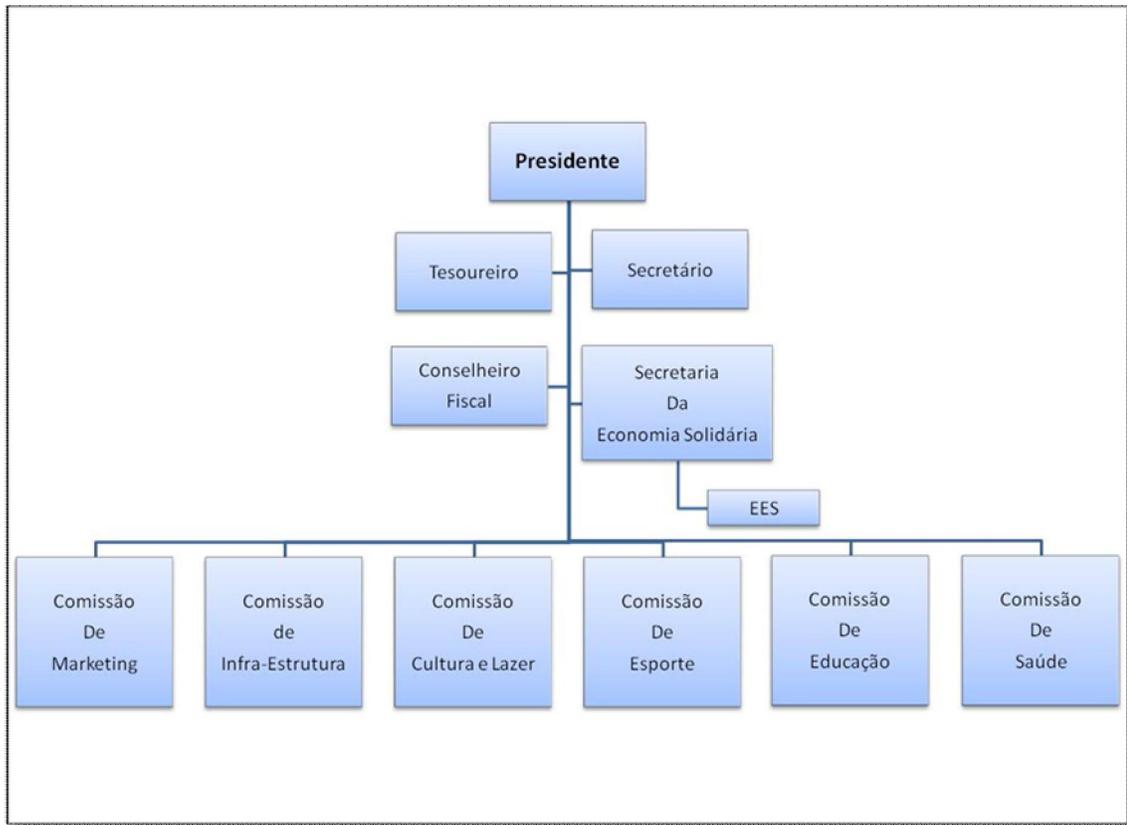


Figura 04 – Organograma da Associação Vila da Felicidade
FONTE: Entrevista com o presidente da Associação, João Prestes

Os associados se reúnem em assembléia ordinária, uma vez ao ano, e extraordinária. De dois em dois, aqueles com idade superior a 16 anos elegem seus representantes, cujo trabalho para a associação é voluntário.

A contaminação do igarapé do Cururu, cuja margem está localizada a comunidade, provocada pelo derramamento de óleo da Petrobrás, foi um marco importante para a associação. A indenização paga pela empresa poluidora veio de forma de capital físico e intelectual á comunidade: construção de poços artesianos, centro social, aplicação do posto de saúde, aplicação de cursos profissionalizantes e educação ambiental.

Enquanto a Petrobrás cumpria com a indenização, os dirigentes da associação juntamente com a UNITRABALHO/UFAM, planejaram um projeto para a comunidade de geração de emprego em renda, “Eco Turismo, Solidário”. Esse projeto procurou aproveitar a potencialidade turística da comunidade, e buscou recursos juntamente com a Petrobras, que a patrocinou: doação de duas canoas turísticas e a construção de um restaurante.

O projeto consistia na construção de um Restaurante de Café Regional, no qual constaria um serviço de café da manhã e viagens de canoa ao encontro das águas, à comunidade do Catalão, Lago Januári e nas cheias, aos igapós. Os empreendimentos por eles formados estão estruturados numa lógica econômica solidária.

O projeto começou em 2004, pelos cursos profissionalizantes aos moradores da comunidade, rendeu, inicialmente mais de 15 empregos indiretamente. Essa primeira iniciativa teve continuidade com a criação das “canoas turísticas”, patrocinada pela Petrobras (duas canoas, um píer flutuante, um computador e fardamento) o primeiro EES da comunidade, constituído por 07 pessoas (uma no controle e as demais se revezam no comando da canoa e na recepção).

O Restaurante Café Regional foi entregue em junho de 2006. Com sua abertura foi organizado pequenos EES: cooperativa de artesanato, de café regional, e de flores, de lavanderia e de garçom. Esse projeto beneficiaria mais de 100 famílias. A inclusão de uma pessoa no projeto dependia de três fatores: ser morador da comunidade e ter participado dos cursos profissionalizantes e, passar por uma seleção, realizada pela entidade promotora do curso: SENAI. Se um membro de qualquer EES estiver disposto a sair, este não tem direito a nenhuma indenização, por não possuir cota parte no empreendimento, por ser a associação dona do capital do EES.

Os EES da comunidade têm que dividir o faturamento em três partes: 2% do faturamento bruto para a comunidade, que divide o valor igualmente para cada comissão, e o restante para o pagamento das despesas. O que sobra é repartida em pares iguais aos trabalhadores, que decidem como será o trabalho dentro da EES no qual participa.

A realidade atual desse projeto, em processo de execução, no entanto, é bem diferente com o pretendido no plano das idéias. O Restaurante está parado, assim como os seus EES. Isto devido a não continuidade do projeto, de responsabilidade da Prefeitura, que se encarregou de telar o campo de futebol, localizado atrás do café do Restaurante, além de ter ocorrido uma erosão na região, danificando parte do espaço.

As canoas, por sua vez, funcionaram nos seis primeiros meses, mas, por falta de interesse dos participantes, essa parou. Hoje, apenas uma canoa, por iniciativa de um antigo associado, Arlindo, que havia deixado o empreendimento no começo, quando começou a perceber o desinteresse de seus colegas. O empreendimento da canoa, não possui mais a característica de um econômico solidário, mas a renda nele produzida 10% vai para a associação de moradores, dona da canoa, e o responsável se preocupa em debater a idéia de economia solidária com os seus clientes.

A Vila da Felicidade é um exemplo de como a economia solidária é dependente do capital social, visto que nesta comunidade havia todas as condições deste sistema existir, porém, a falta daquele insumo, restringiu-a, novamente, ao plano das idéias. Outrossim, vale observar que não só a falta desse insumo foi determinante para o seu fim, mas também a inexistência de uma gestão profissional foi decisiva para o seu fracasso.

7. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PROFISSIONAL PARA OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

O exemplo apresentado no capítulo passado apresentou duas questões importantes para o desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), e mais do que isso, importante para a implantação dessa tecnologia social, que são o capital social e gestão, ou administração, profissional.

O primeiro, já discutido ao longo do trabalho, é essencial para a criação dessas unidades, já que, sem a confiança entre seus membros tornar-se-ia impossível a idealização e prática das atividades econômicas desenvolvidas por aquela. No entanto, a confiança e a boa vontade dos sócios vão se esgotando na medida em que o empreendimento não possui viabilidade econômica, e, por conseguinte, não possibilita a ampliação das unidades doméstica de produção. Para evitar tal situação torna-se necessária a gestão profissional.

O conceito apresentado foi desenvolvido no século XX, paralelamente na mesma Europa, em que ocorrera a Revolução Industrial, e nos Estados Unidos da América (EUA). As indústrias, as quais cresciam de maneira desorganizada, não poderiam mais ser administradas pelos donos, para organizá-las e obter uma maior eficiência. Assim, estudos elaborados por Fayol, na França, e Taylor no EUA, geraram as bases da gestão profissional.

A arte de administrar, que agora, recebe o aspecto de ciência, foi denominada de Administração Clássica por Fayol e Administração Científica por Taylor, e caracterizada pelos seguintes princípios:

As propostas básicas de Taylor: planejamento, padronização, especialização, controle e remuneração [...] As 05 (cinco) funções precípua da gerência administrativa como: planejar, comandar, organizar, controlar e coordenar, o já conhecido e exaustivamente estudado nas escolas de administração -PCOCC - são os fundamentos da Teoria Clássica defendida por Fayol. [...] Traçando-se

um paralelo entre a Administração Científica e a Administração Clássica, conclui-se que enquanto Taylor estudava a empresa privilegiando as tarefas de produção, Fayol a estudava privilegiando as tarefas da organização. A ênfase dada pelo primeiro era sobre a adoção de métodos racionais e padronizados e máxima divisão de tarefas enquanto o segundo enfatizava a estrutura formal de empresa e a adoção de princípios administrativos pelos altos escalões (CRA/CE, 2005, pg.3-4)

A nova teoria, como visto, foi importante para a eficiência das organizações e, conseqüentemente para os seus proprietários, mas não se preocupava com a massa de trabalhadores. Essa visão começa a ganhar outro aspecto na década de 1940 com a Teoria das Relações Humanas de Elton George Mayo.

Ela foi, basicamente, o movimento de reação e de oposição à Teoria Clássica da Administração, com ênfase centrada nas PESSOAS. Teve como origem: a necessidade de humanizar e democratizar a administração, o desenvolvimento das chamadas ciências humanas (psicologia e sociologia), as idéias da filosofia pragmática de John Dewey e da Psicologia Dinâmica de Kurt Lewin e as conclusões do Experimento de Hawthorne, já bastante estudado e discutido nas escolas de administração. Em 1932, quando a experiência foi suspensa, estavam delineados os princípios básicos da Escola de Relações Humanas, tais como: o nível de produção como resultante da integração social; o comportamento social do empregado; a formação de grupos informais; as relações interpessoais; a importância do conteúdo, do cargo e a ênfase nos aspectos emocionais (CRA/CE, 2005, pg. 5).

A administração como ciência, apesar de ter se “humanizar”, foi desenvolvida para as empresas. No entanto, essa pode se encaixar aos Empreendimentos Econômicos Solidários. Vale ressaltar que os EES possuem sua gestão, conhecida como autogestão, na qual os próprios trabalhadores administram-na, tendo a assembléia geral sua maior instância.

A autogestão pode ser direta ou indireta, mas sempre com o consentimento e participação dos sócios. A pergunta que se faz é se esses têm os instrumentos suficientes para essa gestão? Será que eles conhecem ou praticam os princípios delineados pela Administração Clássica ou Científica?

A resposta, levando em consideração o exemplo da Associação Vila da Felicidade, é não. Lógico que isso não é uma regra, mas é suficiente claro: a maioria dos sócios não é capacitada para administração, ou que os EES não possuem um suporte técnico capaz de proporcionar sobrevivência nos mercados onde estão inseridos, uma vez que os seus membros são pobres e ou tem o conhecimento tácito da atividade econômica principal praticada por seus empreendimentos, ou são qualificados somente para isso.

Os EES da Associação Vila da Felicidade, apesar de estarem sob a organização da associação de moradores da comunidade, e os seus sócios possuírem a especialização pertinente ao seu serviço, desproviavam de planejamento capaz de proporcionar rendimento a ampliação das unidades domésticas dos seus membros, além de comando que aproveitasse e agregasse capital social aos empreendimentos e associados, o que levou, por fim, a descapitalização (principalmente o supracitado insumo), e o fim do empreendimento.

A pesquisa SENAES apresentou a existência de assistência gerencial aos empreendimentos, só no Amazonas isso corresponde a 24,95% do apoio recebido pelos EES, enquanto no Brasil esse valor é de 36,83%. Essa atividade pode ser exemplificada através do “Plano de Negócios para Empreendimentos Econômicos Solidários de Autogestão – EES” da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará, Universidade Federal do Ceará, no qual serve de manual para o sócio o Plano de Negócios de seu empreendimento.

A gestão profissional, caracterizada como uma administração racional, científica e estratégica, e sua importância dar-se á pelo contexto econômico competitivo, uma vez que:

A gestão estratégica envolve a criação de uma visão clara em toda a organização – desde o mais alto nível da pirâmide organizacional até o nível operacional - de sua missão, objetivos e do desenvolvimento de planos e estratégias que levem à realização dos objetivos pretendidos. [...] Trabalhar com uma visão mais ampla do seu ambiente de atuação e definir estratégias, através de uma criteriosa análise da tecnologia, do mercado e dos produtos que irá produzir, podem ajudar na otimização do resultado da aplicação de seus recursos (IGNACIO e SOUZA, 2008, pg. 7).

A sobrevivência, e, por conseguinte, a implantação dessa tecnologia social, capaz de gerar emprego e renda, e um conseqüente desenvolvimento a camada pobre da sociedade, depende das ferramentas da gestão profissional. Nesse sentido, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), importante na geração dos EES da Vila da Felicidade, pode contribuir dando suporte gerencial a outros empreendimentos, através da Faculdade de Estudos Sociais (FES), aproximando as pesquisas realizadas sobre EES e, assim, os fortalecendo.

8. CONCLUSÃO

A questão do desenvolvimento, que passa pela questão da liberdade, deve ser encarada com cautela numa sociedade capitalista, na qual o sentimento de egoísmo e, por conseguinte, da exclusão são intensificados e incutidos na cultura da mesma, nas suas diversas formas de expressão, justificando, assim, a separação da população em classes sociais, em quanto, ao mesmo tempo, aumenta o fosso entre essas.

O desenvolvimento, portanto, não pode ser encarado como um processo no qual as atividades perpetrem os sentimentos supracitados, mas sim, busquem rotas alternativas para diminuir a diferença entre classes e, quiçá, extinguindo a mesma. Nesta caminhada, os excluídos pelo sistema, os pobres, buscando a sobrevivência, naquilo que se denominou de Economia Popular, juntamente com o pensamento dos intelectuais anticapitalista, encontraram essa alternativa, através de unidades produtivas denominadas Empreendimento Econômico Solidário – EES.

O caminho desenhado pelos excluídos ganhou respaldo e respeito pelos intelectuais, uma vez que possuem liberdades instrumentais, como a liberdade política, as garantias de transparência, e facilidades econômicas, além das liberdades substanciais, através da geração de ocupação e renda para os primeiros. Em outras palavras, os EES, como modelos, são uma alternativa do caminho traçado pela economia capitalista por representarem o reencontro do trabalhador com o seu produto, o capital, uma vez que aquele é dono da unidade produtiva na qual trabalha, e isso tem como consequência também, torná-lo mais ativo politicamente, diminuindo, assim, o paternalismo, pois tais empreendimentos exigem deles tomadas de decisões influentes tanto nas unidades produtivas, quanto em suas comunidades, sendo esse último resultante da concepção de que os EES não pertencem somente aos seus sócios/trabalhadores, mas também a comunidade como um todo.

As pesquisas apresentadas nesse trabalho mostraram a realidade desses EES em nível Brasil e Amazonas, chegando às seguintes perspectivas:

- Os empreendimentos econômicos solidários brasileiros são de origem popular, portanto, possuem origem na economia popular, possuem faturamento médio mensal predominante entre as faixas de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000, e geram ocupação para mais de um milhão de pessoas, sendo 60% do total homens, e o restante mulheres, além de uma remuneração média a baixo de um salário mínimo;
- Os EES amazonenses são de origem popular, portanto, possuem origem na economia popular, possuem faturamento médio mensal concentrado entre as faixas de R\$ 0,00 e R\$ 100.000,00, e geram ocupação para 35.777 pessoas, sendo 60% do total de homens, e o restante mulheres, além de uma remuneração média a baixo de um salário mínimo.

A realidade exposta encontra-se aquém dos parâmetros, quando comparada com o modelo e com os empreendimentos econômicos capitalistas, em seus diversos níveis. O primeiro se deve ao fato dos EES brasileiros e amazonenses ainda não contribuírem de maneira satisfatória para com a sua comunidade, participando pouco ou ainda não se envolvendo em nenhum movimento ligado a esta.

A analogia entre os EES e as empresas capitalistas mostra uma inferioridade numérica, na quantidade de empreendimento, na geração de emprego e na geração de renda do primeiro em relação ao segundo, principalmente quando esta analogia é feita entre as unidades produtivas solidárias e as micros e pequenas empresas, tendo em vista que a primeira, tem em média tamanho comparável com esses portes. Assim, essa relação tem as seguintes características quantitativas:

- Os EES brasileiros registraram número 100 vezes menor que as micro e pequenas empresas. Essa inferioridade também é menor na quantidade de ocupados, sete vezes menor, e na média salarial, duas vezes menor. No entanto, os primeiros ocupam uma média de trabalhador 92% mais por empreendimento que o segundo;

- A realidade não é muito diferente entre os EES e as micro e pequenas empresas amazonenses, visto que os primeiros registraram número de empreendimento 224 vezes menor que o segundo, ocupação duas vezes menor, média salarial, três vezes menor, e média de trabalhador por empreendimento 93% mais.

A disparidade apresentada possui como uma das explicações o baixo estoque de capital social, vista no caso da Vila da Felicidade, ou seja, pela ínfima comunicação entre os diversos EES, entre esses e as organizações de apoio, como Sindicatos, ONGs e o próprio governo federal, com a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, ou, pela falta de envolvimento com os assuntos e membros da sua comunidade.

Os EES amazonenses enfrentam ainda outras dificuldades de existência e de permanecer viável: a) concentração em sub-regiões na qual o capitalismo encontra-se mais desenvolvido, principalmente no Rio Negro e Solimões, e no município de Manaus, e; b) nível de remuneração inferior ao proporcionado pelas empresas capitalistas. Esses empecilhos diminuem a capacidade de formação de capital social por parte dos empreendimentos econômicos solidários, principalmente no item confiança nos EES, uma vez que a proximidade dos seus sócios com a sociedade capitalista, e todos os seus valores, impulsiona-os a adquirirem essa atitude, por conseguinte, menos solidários.

A proximidade por si e sua influencia através de valores, não é capaz de convencer um sócio, ou um possível sócio, de formar ou participar de um empreendimento no qual sua participação vai além da produção da mercadoria, mas exige seu posicionamento nas decisões de o que, como e para quem produzir. O “argumento” das empresas capitalistas se dá através da remuneração financeira *versus* horas trabalhada. Quando estes são maiores que o mesmo nos EES, e quando as oportunidades de emprego da economia dominante são possíveis, o trabalhador tende a optar por um trabalho sem menos responsabilidade e com maior rendimento, ou seja, nos empreendimentos capitalistas, coibindo, assim, com o desenvolvimento daqueles. Essa desvantagem, no entanto, pode ser dirimida com a implantação de uma gestão profissional nos empreendimentos, a qual os daria instrumentos capazes de enfrentar a concorrência, proporcionariam renda suficiente para ampliação das unidades doméstica de produção, além de garantir e aumentar o capital social.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Amazonas figuram-se como uma alternativa de desenvolvimento econômico e social para a população do mesmo, se considerando a capacidade daquele em gerar ocupação, a qual não se restringe apenas à capital, mas também aos interioranos, garantido-os uma forma de sobrevivência, situação ainda não proporcionada pela economia dominante.

A alternativa supracitada, no entanto, possui um desenvolvimento lento e cheio de dificuldades, isto porque aqueles que a formam procuram nos EES a oportunidade de ocupação e renda não proporcionada pelo sistema capitalista, provocando um estoque ínfimo de capital social e sua existência dependente das forças do mercado de trabalho. Tal fato faz os EES desviarem do modelo, contribuindo pouco com a comunidade.

O desenvolvimento dessa alternativa é pertinente na busca de bem-estar social dos amazonenses, no entanto, exige participação não apenas da sociedade civil organizada, mas também dos agentes de desenvolvimento da região, a qual servirá, independente de uma mudança de paradigma, como uma forma de aproveitamento de uma das potencialidades locais: o ser humano.

9. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Paulo. **Associativismo**. in A Outra Economia, Antônio David Cattani (ORG). Editora Vozes, 1ª. Edição, Porto Alegre, 2003.

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil**. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **21**, p. 83-108, nov. 2003.

BAQUERO, Marcello. **Globalização e Democracia Inercial: O que o Capital Social Pode Fazer na Construção de uma Sociedade Participativa?** in Capital Social: Teoria e Prática. Marcello Baquero e Djalma Cremonese (ORG). Editora Unijuí, 2006.

BORBA, Julian, SILVA, Lílian. **Sociedade Civil ou Capital Social? Um Balanço Teórico**. in Capital Social: Teoria e Prática. Marcello Baquero e Djalma Cremonese (ORG). Editora Unijuí, 2006.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (CRA/CE). História da Administração. in CRA em Ação. Informativo Mensal do CRA/CE. Ano 1. Nº 07. Agosto/Setembro de 2005.

COSTA, Maria. **Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais: A favela da Mangueira no Rio de Janeiro**. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **21**, p. 147-163, nov. 2003

FURTADO, Celso. **Em Busca de Novo Modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea**. Ed. Paz e Terra. 2ª. Edição. São Paulo, SP. 2002.

IGNACIO, Olímpia Maria de Carvalho; SOUZA, Eliane Moreira de Sá. **Gestão Estratégica Aplicada ao Cooperativismo Solidário: Uma Alternativa de Fortalecimento para os Agricultores Familiares**. Apresentação Oral no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociológica Rural. Rio Branco, AC. 2008.

MONASTERIO, Leonardo. **A Retórica do Capital Social: Uma Análise da Obra de Robert Putnam**. in Capital Social: Teoria e Prática. Marcello Baquero e Djalma Cremonese (ORG). Editora Unijuí, 2006.

NISTAL, Luiz. **Empreendimento Econômico Solidário (EES) como Alternativa de Ocupação e Geração de Renda Para Cidade de Manaus**. Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. UFAM. FES.DEA. 2006.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina**. Editora Boitempo. 1ª. Edição. São Paulo, SP. 2002.

SEBRAE (org.), DIESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. 2ª. Edição. Brasília 2008.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras. São Paulo, SP, 2005.

SENAES, **Atlas da Economia Solidária no Brasil**, Ministério do Trabalho. 2006

SEPLAN. **Desenvolvimento Humano em Manaus** – Atlas Municipal. Vol. I. 2007

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. Ed. Contexto. São Paulo, SP. 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP. 2002.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. Editora Atlas. 5ª. Edição. São Paulo. SP. 2005.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da Produção Associada**. Ed. UNIJUÍ, Ijuí, RS. 2001

WWW.MTE.GOV.BR. visitado em 03/04/2008.

WWW.BNDES.ORG.BR visitado em 07/07/2008

WWW.SDS.AM.GOV.BR. visitado em 03/01/2009

ANEXO I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS MEMBROS DOS
EMPREENDIMETNOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

(NOME DO EMPREENDIMENTO)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 – ATIVIDADE:

1.2. – SEXO:

2 – ORGIEM DO EMPREENDIMENTO:

3 – QUANTIDADE DE PESSOAS QUE TRABALHAM:

4 – ROTEIRO DAS ATIVIDADES:

5 - COMO SE DEU O INGRESSO DELE(A) NO ESTABELECIMENTO:

6 – PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLÉIA:

7 – MELHORIA QUE O EMPREENDIMENTO PROMOVEU NA SUA VIDA:

8 – MELHORIAS QUE O EMPREENDIMENTO TROUXE PARA COMUNIDADE

9 – PRINCIPAIS DIFICULDADES DO EMPREENDIMENTO